



FACULDADE FASUL EDUCACIONAL  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ESTER ISIDORO VITÓRIA

**TÍTULO: IMPERIALISMO BRITÂNICO DO SÉCULO XIX: A ÍNDIA SOB UM  
OLHAR CULTURAL DOS ESTUDOS SUBALTERNOS**

São Lourenço - MG

ANO 2023

ESTER ISIDORO VITÓRIA

TÍTULO: IMPERIALISMO BRITÂNICO DO SÉCULO XIX: A ÍNDIA SOB UM OLHAR  
CULTURAL DOS ESTUDOS SUBALTERNOS

Trabalho final de Curso apresentado à Coordenação  
do Curso como requisito parcial para a obtenção do  
título de Licenciado em História

Orientador(a): Prof. Ms. Bruno

São Lourenço - MG

ANO 2023

## RESUMO

Este artigo busca trazer uma perspectiva reflexiva sobre a história e implementação da política cultural britânica na Índia durante o século XIX, para isso defronta-se com a grandiosidade da história, cultura e religião indianas esclarecendo a importância dos estrangeiros para a história da Índia. Suscita-se posteriormente o debate em relação ao imperialismo britânico em território indiano, examinando como se deu o câmbio entre colonizador/colonizado durante a presença europeia em seus territórios. Ademais, é levado em conta questões em torno dos costumes difundidos entre as duas partes durante o período de presença no território, assim como racismo e preconceito. Sua relevância se justifica por tentar entender como se deu o câmbio econômico e cultural entre dois países que tiveram importância no cenário mundial. O corte temporal estabelecido para o estudo é justificado a partir da interpretação do termo cultura que depende de uma elucidação anterior à chegada dos europeus. Portanto se utiliza do recorte que delimita desde de a Era Védica, até o século XIX onde se observa o marco do imperialismo como fonte de embates entre o colonizado frente ao colonizador. Esta pesquisa tem como sustentação teórica o estudo sobre o imperialismo britânico em face do interesse de civilizar o povo indiano, interferindo diretamente em sua cultura. Ademais, o trabalho foi dividido em três capítulos: O primeiro descreve essencialmente o que se entende a partir de toda história dos povos que habitam o território indiano, o capítulo subsequente aborda como ocorreu a expansão do Imperialismo Britânico no território indiano, desde o período colonial, até os desdobramentos que levaram a revolução dos Cipayos e transformaram o país em posse do governo britânico, do qual o terceiro capítulo tem como base as discussões que suscitam o debate acerca dos processos que ocorreram na Índia levando em conta a teoria imperialista que se defronta com seus teóricos percursores, a discussão acerca do racismo e por fim os estudos subalternos que argumentam acerca das consequências e resquícios do conflito cultural. Foi adotada a metodologia dedutiva. A abordagem é qualitativa e a pesquisa é desenvolvida de forma exploratória e bibliográfica. Como resultados obtidos a análise buscou indagar como os impactos do colonialismo britânico ainda são um marco na história cultural da Índia.

**Palavras-chave:** Imperialismo Britânico. Século XIX. Índia. Cultural. Estudos Subalternos.

## ABSTRACT

This article seeks to bring a reflective perspective on the history and implementation of British cultural policy in India during the 19th century. For that, it is faced with the grandeur of Indian history, culture, and religion, explaining the importance of foreigners to the history of India. Subsequently, the debate in relation to British imperialism in Indian territory is raised, examining how the exchange between colonizers and colonized occurred during the European presence in their territories. In addition, it takes into account issues around the customs spread between the two parties during the period of their presence in the territory, as well as racism and prejudice. His worship is justified by trying to understand how the economic and cultural exchange took place between two countries that were important on the world stage. The temporal cut established for the study is justified by the interpretation of the term culture, which depends on an elucidation prior to the arrival of the Europeans. Therefore, it uses the cut that delimits from the Vedic Era until the 19th century, where the framework of imperialism is observed as a source of clashes between the colonized and the colonizer. This research is theoretically supported by the study of British imperialism in view of its interest in civilizing the Indian people and directly interfering in their culture. In addition, the work was divided into three chapters: The first essentially describes what is understood from the entire history of the peoples that inhabit the Indian territory, the subsequent chapter addresses how the expansion of British Imperialism in the Indian territory occurred, from the colonial period, until the encouragements that led to the revolution of the Sepoys and transformed the country into possession of the British government, of which the third chapter is based on the discussions that raise the debate about the processes that occurred in India taking into account the imperialist theory that it is faced with its precursor theorists, the discussion about racism and, finally, the subaltern studies that argue about the consequences and remnants of the cultural conflict. The deductive methodology was adopted. The approach is qualitative, and the research is developed in an exploratory and bibliographical way. With the results obtained, the analysis sought to inquire how the impacts of British colonialism are still a milestone in the cultural history of India.

**Keywords:** British imperialism. XIX century. India. Cultural. Subaltern Studies.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho começou no ano de 2000, ano que marcou o 400º aniversário da Companhia das Índias Orientais e coincidentemente foi o ano de meu nascimento. Por isto, primeiramente eu dedico este trabalho à todos os pais e filhos que habitam este universo, para que os erros sejam observados e jamais repetidos. Este artigo, foi a realização de um sonho infantil que está se materializando, por conta disto eu o dedico à todos que estiveram comigo ao longo de todo percurso ou parte dele. Gostaria de expressar meu profundo agradecimento à todas as pessoas que estiveram comigo nos momentos que achei que não daria conta e queria jogar tudo pra cima. Vocês são demais! Nada disso teria acontecido sem a minha mãe, Esmeralda, que sempre me entendeu e me incentivou à ir além do que eu achava que podia, obrigada por entrar nessa comigo desde sempre, procurando os seus livros da igreja sobre a Índia e respeitando meus pedidos de silêncio intermináveis, você é, e sempre será meu maior exemplo. Ao meu pai Anilton, agradeço por ser meu sustentáculo nessa empreitada, me incentivando com seu manancial de sabedoria à ser melhor e mais forte. À minha família como um todo, gostaria de agradecer por serem os principais motivadores para a minha escrita. Aos meus amigos, obrigada por me aguentarem por mais de um ano falando todos os dias sobre a Índia e tudo que a envolve, a vocês que foram obrigados à me ouvir intermináveis vezes falando, vendo filmes, lendo livros, obrigada por não terem desistido de mim. Ao meu orientador Prof. Ms. Bruno, muito obrigada pela sua empolgação ao tratar sobre o tema comigo, obrigada pelos livros compartilhados e debates que sempre me fizeram questionar as minhas intenções, você é um exemplo de foco e perseverança pra mim! Também gostaria de agradecer pela sua disponibilidade e paciência com essa aluna que é deveras individualista. Ao Prof. Ms. Plínio, serei eternamente grata pela oportunidade de ter sido sua aluna, o Sr. sempre terá um lugar especial nos nossos corações por conta do amor com que exercia está nobre profissão. Obrigada pelos puxões de orelha, pelos livros e concelhos sobre o primeiro capítulo. O dedico à você. Por fim, eu agradeço à Deus por nunca ter me desamparado nesta empreitada pelos caminhos da sabedoria.

## **NOTA DO AUTOR**

Alguns termos no presente trabalho aparecem em mais de um idioma, como inglês e híndi, por exemplo. Eles se referem principalmente a nomes de cidades. De forma que optei por deixá-los como apresentado pelos respectivos autores que me baseei. Alguns termos sofreram variações dentro da própria língua inglesa ao longo do tempo. Não padronizamos pela dificuldade com o idioma híndi, mesmo o inglês sendo também idioma oficial. Em outros casos, quando não estava trabalhando apoiado em alguma fonte bibliográfica, utilizei os termos em híndi.

“A Índia é o berço da humanidade, o lugar de nascença da fala humana, a mãe da história, a avó das lendas, e a bisavó das tradições. Nossos mais valiosos e instrutivos matérias da história humana estão entesourados na Índia, apenas.”

Mark Twain (1835 – 1910), “Following the Equador”

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO</b>	
.....	8
<b>2.REFERENCIAIS</b>	<b>TEÓRICOS</b>
.....	13
<b>3. CAPÍTULO I : PALÁCIO DA SABEDORIA: UM OLHAR SOB A ÍNDIA</b>	15
3.1 : ÍNDIA EM PERSPECTIVA	15
3.2 OS HINDUÍSMOS	17
3.3 AS INVASÕES DOS POVOS DO ORIENTE.....	22
<b>4. CAPÍTULO II : A EXPANSÃO DO IMPERIALISMO BRITÂNICO NA COLÔNIA</b>	
.....	24
4.1: A CAMPANHIA COLONIAL	.....
24	
4.2 : A REVOLUÇÃO DOS CIPAIOS	34
4.3 : O RAJ BRITÂNICO	37
<b>5. CAPÍTULO III : A NATUREZA CULTURAL DO IMPÉRIO</b>	
.....	40
5.1 : OS TEÓRICOS PERCURSORES DO IMPERIALISMO	40
5.2 : RACISMO NA ÍNDIA IMPERIAL	45



5.3 : OS ESTUDOS SUBALTERNOS .....	50
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>60</b>

## INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta uma análise sucinta sobre a influência que o imperialismo britânico exerceu na história da Índia. Com isto eu espero abordar como a perspectiva cultural influenciou as relações entre colonizador/colonizado, explanando como as decisões do passado, podem legitimar o futuro e a realidade cotidiana de terceiros. Adota como ponto de partida a concepção, amplamente discutida e consolidada pela abordagem dos estudos culturais, de que identidade e os processos culturais são construções sociais cuja elaboração envolve modelos civilizacionais que são necessários analisar. Este artigo se baseou na percepção da qualidade que as relações de dominação colonial constituíram sobre o povo indiano, buscando entender as percepções que foram compartilhadas e estudadas pelos teóricos dos estudos imperialistas, bem como dos estudos pós-coloniais do passado subalterno. Ademais, ambas as correntes questionaram a elaboração de representações estereotipadas dos modos de organização social das colônias, bem como o câmbio cultural das populações envolvidas.

Inicialmente, os Ingleses por sua parte, sempre foram um povo que tinha sede por expansão de territórios fora de sua alçada, desde o fim do século XVI, muito motivado pelas explorações portuguesas e espanholas, a busca por territórios se torna objeto de desejo dos britânicos. Ao passo que no período da rainha Elizabeth I, o governo passa à adotar uma política de exploração das Américas, chegando à constituir colônias em todo mundo. O que explana que, economicamente falando, a Inglaterra do século XIX foi um período extremamente próspero da indústria, que possibilitou à elite da época a implementação de um império comercial ultramarino, que chegou à dominar em seu auge em 1920, cerca de 458 milhões de pessoas, 25% da população mundial e abrangia 20% das terras do planeta. estendia-se do Caribe

(Honduras Britânicas e Guiana Inglesa) até a Austrália e ilhas remotas do Pacífico, passando por um terço da África (destaque para a África do Sul, Nigéria, Egito, Quênia e Uganda) e avançando para a Birmânia e China. Dizia-se, então, que “o Sol nunca se põe no Império Britânico” pois, em sua extensão ao redor do mundo, o Sol sempre estaria brilhando em pelo menos um de seus territórios, incluindo neste mar de territórios a Joia da coroa, que se localizava na Índia. Nesta perspectiva, o seguinte trabalho tem como objetivo contextualizar como se deram do fruto do imperialismo na Índia, buscando colocar em análise a perspectiva Indiana, que de forma geral desde os primórdios de sua história, sempre foi considerado em um povo gentil às expansões de outros povos como os persas e os mogóis, e reage inicialmente da mesma maneira ao povo britânico. Neste contexto, o processo imperialista na Índia se inicia em meados do século XVIII, e se dá basicamente durante três séculos, que geraram absurdas mudanças em todos os aspectos da sociedade indiana. O tema desta forma, busca tratar do choque cultural entre estas duas culturas que se contrapõem de forma inédita na historiografia; de um lado, um povo no auge da tecnologia da época, extremamente protestante e pragmático. Ao passo que do outro lado da moeda se encontra um povo ainda ligado agricultura, onde a religião é habilmente marcada por “multiculturalismo” e respeito ao próximo, pouco visto na história. É evidente desta forma, que houve um choque cultural no mínimo impactante para ambas às partes e é disto que eu espero tratar: a influência cultural do homem eurocêntrico sobre o homem orientalista. De forma geral, o imperialismo é um tema que suscita demasiados debates mundialmente históricos, pois é um assunto que abrange parte considerável dos países mais prósperos do mundo em uma época de expansão e competição por monopólios.

O tema, se concentra em uma perspectiva analítica no que diz respeito à expansão política do Imperialismo Britânico na Índia e seus desdobramentos culturais em ambas às culturas. É uma análise que vai buscar olhar para as diversas facetas da história mundial e a multiplicidade de toda uma cultura que sobrevive firmemente até os dias de hoje. A escolha deste tema foi motivada pela minha busca incessante em entender como se deram as relações entre britânicos e indianos, visto que muito pouco se fala sobre o assunto no Brasil e portanto a percepção de criança que eu tinha era que a Índia era um país estranho; o que me fez questionar como era a história de todo povo indiano, ao passo que ao conhecer me tornei encantada. Podemos estabelecer que, o Imperialismo Britânico foi o maior em toda história, e desde sua ascensão, houve uma intensão que foi diretamente questionada por diversos pensadores de respeito, que indagaram e discutiram por séculos sobre sua consistência econômica, militar e, sobretudo se houve uma preocupação civilizacional em trazer uma nova forma de vida para os

povos que habitavam as terras conquistadas, incutido principalmente na missão de levar progresso e civilização para os locais que estavam “atrasados”.

Advindo disto, a problemática que me concentrei em resolver, se traduz principalmente no que pensam os povos que passaram pela intervenção do imperialismo: Eles acreditam que ela foi negativa ou positiva? O que o povo que viveu durante à época pensava disto ? O que pensam, os que tiveram o resultado desta influência? Além disto, também gostaria de entender se essa influência e intervenção, aconteceu em uma perspectiva racista. Houve racismo ou preconceito por parte dos europeus ao lidarem com os povos Indianos? Para realizar este estudo foi adota a metodologia dedutiva, tendo em conta que o trabalho tem como base um estudo voltado para um tema em particular que é a cultura. A abordagem é qualitativa e a pesquisa é desenvolvida de forma exploratória e bibliográfica, de forma que foi realizada uma análise de materiais que comunicavam aspectos parecidos e até iguais daqueles que seriam debatidos no texto. Essa metodologia mais voltada para utilização de recursos bibliográficos foi escolhida pois muitos autores já escreveram sobre esse assunto e portanto ele foi muito difundido, me permitindo através da comparação entre concordância e discordância, dos conceitos já pré-estabelecidos pelos diversos autores. Ademais, foi realizada uma pesquisa sobre obras literárias e acadêmicas que tratavam do mesmo assunto, ou de assuntos que também se inseriam a vasto horizonte que a pesquisa se encontrava no início do projeto. A pesquisa também será documental, tendo em vista que o assunto foi matéria de discursos em tribunais e instâncias da época. Na busca de entendimento do objeto, foi realizada uma síntese dos estudos de historiadores especializados na história da Índia desde o século I a.C. até a culminação dos movimentos que se da entre os séculos XIX e XX com estudos históricos acerca da ascensão e queda do Império Britânico.

A despeito da delimitação cronológica, é certo que se apresentou necessária uma análise contundente, por conta da abrangência do tema cultura. Levando em conta está percepção, o primeiro capítulo é uma recapitulação da história Indiana desde a Era Védica, até o período de contextualização para a chegada do povo europeu, em 1498. O segundo capítulo será uma leitura do domínio inglês, que se deu por volta de três séculos na Índia, desta forma, a análise será feita entre os séculos XVII, XVIII e XIX, expondo uma perspectiva onde seja evidente como era o funcionamento da sociedade indiana desde a chegada dos povos europeus, sobretudo os britânicos, delimitando o arquétipo principal deste trabalho de acordo com o início da “peregrinação” Britânica na Índia, para que fiquem claros os contextos e perspectivas históricas dos dois países geograficamente estudados : a Índia e a Inglaterra. É importante colocar este

contesto em enfoque, pois houveram grandes disputas antes do estabelecimento direto de licenças para a expansão inglesa no território Indiano, por conta disto houveram diversas nuances. No entanto, o período que tem grande pertinência na pesquisa, se passa no século XIX, que é o período onde ocorrem os mais marcantes momentos do imperialismo como um todo; culturalmente, socialmente e economicamente falando.

Falar da Índia, é saber que as concepções que regem o passado ocidental, não são as mesmas que regem o passado oriental, visto que os seus parâmetros são diferentes até mesmo de outros historiadores antigos como os chineses e os gregos. A sua cronologia é completamente diferente da que entendemos, por que sua cultura estruturou-se na busca de outros valores que estavam alicerçados em uma ideia de tempo que era necessária para a construção do passado histórico em que eles acreditavam. A sua fundamentação compreende os elementos mais importantes para essa civilização, que eram tidos como verdades imutáveis e atemporais. As histórias indianas, chamadas puranas, eram completamente espirituais, míticas e poéticas, dando um caráter que não tem uma perspectiva científica. Portanto, utilizando caracteres específicos, este estudo busca entender a história a partir das perspectivas indianas, utilizando também a perspectiva inglesa que começou a desvendar a história Indiana a partir do método científico, inclusive foi levado em conta que a abordagem eurocêntrica, tinha uma visão de certo negativada ao olhar para história do indiano, já que eles consideravam que o indiano tinha uma “tabula rasa” histórica; os europeus, portanto, tomaram para si a tarefa de começar do zero. Com isso, principalmente a partir da dominação colonial britânica, o pensamento indiano passou a ser historicizado e fazia parte do “fardo do homem branco” tentar recuperar uma história considerada perdida, uma vez que a Índia era vista como uma sociedade eterna e sem a colonização europeia. Sobre isso, os estudos da literatura Indiana dão indícios da evolução dos processos culturais e mentais que permearam a organização da civilização Indiana, no entanto eles sofrem com problema de datação. Esta mesma questão aparece em relação a arqueologia que nos dá noções mais precisas sobre organização material e sobre o cotidiano da sociedade. Partindo deste ponto, os modelos construídos para expor a história serão esses. Por conta disto, neste primeiro momento, busca-se avaliar e entender como se iniciou este câmbio cultural dentro do território da Índia, utilizando-se para isso uma análise histórica dentro da perspectiva indiana e Ocidental, por conta deste advindo das datações.

O trabalho está estruturado em três capítulos, cada um deles será redigida uma abordagem acerca do tema norteador, que se caracteriza principalmente na busca em entender a influência cultural que os britânicos exerceram sobre os indianos, abordando a perspectiva de

autores variados com ideias e escritas diversas, no primeiro capítulo será abordado uma visão ampla a sociedade do início do século I, que se caracterizou como Período Védico, explicando aqui como se deu toda a relação entre o povo indiano desde seus primórdios até o período que foi caracterizado pela chegada dos europeus. Como temas importantes, é essencial destacar o debate sobre a origem da raça ariana, que teria ligação com a história dos povos Indianos. Além disso se estruturou aqui como se deu a origem das religiões indianas e em consequência toda sua cultura riquíssima, que passou pela dominação histórica de muitos povos, como os Romanos, Mogóis, Persas e Mulçumanos, se tratando da formulação de noções como Hinduísmo, identidade hindu ou comunidade hindu, levando em conta sobretudo como se formou a estrutura da sociedade hindu., que como aponta (FLOD 2004, p.238-9):

A emergência de vários reinos regionais teve um impacto significativo na transformação cultural e religiosa na Índia no primeiro milênio d. C. Uma nova religiosidade, a transformar a ortodoxia do bramanismo e cultos mais populares foram as expressões mais evidentes. Ademais, houve uma evolução de línguas regionais como resultado do apoio e patrocínio de regentes e fortalecimento de reinos regionais indianos. No campo filosófico e religioso, houve no primeiro milênio a emergência de tendências questionadoras e renovadoras como reflexos das transformações históricas na Índia. No cenário após a dissolução imperial Gupta, a fragmentação política acarretou uma série de correntes de pensamento que se defrontou com os cânones tradicionais hindus e refletiram o alastramento da crença budista e jainista, que carregavam uma mensagem mais universal e igualitária. Uma delas, no âmbito do hinduísmo bramanista, houve uma “contrarreforma” brãmãne, visando revigorar este diante das correntes reformistas. Por outro lado, um grande movimento popular que rejeitou a ortodoxia buscou a salvação do crente por meio da devoção a uma divindade de cunho mais pessoal, intimista. Nessa última, consta a mais notória das escolas que foi chamada de “vedantismo”, da palavra vedanta ( “fim”, dos Vedas).

Caracterizando que o período anterior a chegada dos europeus foi muito próspero culturalmente pois nele se desenvolveu a base da religião e história indianas. Além de que, foi nesta época que o território se tornou um riquíssimo expoente da Rota da Seda, se ligando à Europa que apreciava a riqueza dos recursos naturais indianos (tecidos e especiarias), enquanto os monges budistas tinham contato com a China, disseminando o Budismo para todo o mundo. Já o segundo capítulo é firmado pela historiografia que descreve a relação entre os britânicos e indianos, no período que ficou conhecido como Colonialismo. Como descreve Barrington Moore (1983), o período que vai de 1750 a 1850 pode ser visto como o que mais teve mudanças significativas nas relações entre os ingleses e indianos. Organizados em torno do comércio e da pilhagem, por volta da metade do século XVIII, os ingleses, em meados do século XIX, já eram “senhores da Índia”. Por conta disto, neste periódico se buscou entender todos os meandros que constituíram essa relação levando em conta o contexto cultural e todas as suas leis e revoltas, como foi o caso da Revolta dos Cipayos de 1857, que marcou a relação entre os ingleses e indianos, pois é nesse período que se estabelece as rebeliões armadas em oposição a dominação colonial. O que culminou com a proclamação do período que se chamou pelos indianos como

“Raj Britânico” e lançou as bases para uma maior interferência imperial da administração britânica na Índia.

O terceiro capítulo tem como base principal elucidar o processo em torno do que se chamou imperialismo; Desta forma em primeiro momento foi feita uma análise de todos os teóricos precursores da teoria do imperialismo, onde o corolário deste movimento de valorização do imperialismo foi a criação e difusão da ideologia do “fardo do homem branco”: os britânicos - ou seus sucessores, tinham a dupla missão de civilizar os povos atrasados e de abrir os seus territórios em benefício do mundo. Em segundo momento, foi importante trazer o debate acerca das formas de discriminação que ocorrem no mundo indiano e colonial, dando importância ao valor intrínseco da história da civilização indiana no contexto deste trabalho, e trazendo um reflexão dos contextos históricos que levaram e levam a discriminação de cor, raça e casta na Índia. Buscarei mostrar como contextos históricos e políticos influenciaram na formação de teorias a respeito da situação discriminatória levando em conta os teóricos precursores da teoria de raça e o ensaio literário de Kipling, que relata histórias completamente importantes no imaginário cultural da época; Por fim, como último tema, a pesquisa me levou a responder a partir da perspectiva de dominação britânica na Índia; para isso se utilizou a teórica colonialista dos povos subalternos, que se orienta no sentido de mostrar como as chamadas camadas “subalternas” da população narraram o seu próprio passado. Essa posição os fez criticar o conceito de historicismo como a base do discurso histórico introduzido a partir da colonização britânica, indicando os próprios limites do discurso historicizante ao confrontá-lo com passados “subalternos” e indagar a estrutura que viabilizou ou não o império. De forma que foi possível constatar que as ideias discutidas e apresentadas até aqui são necessárias para trazer à tona todos os processos que levaram à Índia à ser como é nos dias de hoje. Para o bem ou para o mal, a presença britânica na Índia deixou marcas repletas de contradições e que ainda são uma característica da Índia moderna que carrega muitos contrastes sociais. Nos dias de hoje, a Índia chama a atenção tanto pelo que possui de tradicional, de milenar, quanto pelo que possui de moderno, de dinâmico. Ao mesmo tempo em que enfrenta problemas socioeconômicos graves (fome, miséria, superpopulação, conflitos étnicos e religiosos expressos pelos problemas com as castas, concentração de renda, crescimento urbano expresso atualmente, no ranking da ONU como o país mais populoso do Mundo. É inegável ao nosso olhar no entanto que ela ainda se mantém como uma das principais economias emergentes. Visto que ao término do trabalho, argumenta-se sobre os desdobramentos e conflitos que caracterizaram as relações culturais dos

povos subalternos, utilizando pra isso análise pós-colonialista para elucidar um fenômeno pouco estudado que são as relações culturais entre britânicos e indianos.

## **REFERÊNCIAL TEÓRICO**

Antes de entrar no tema da pesquisa, é importante deixar em exposição os referenciais teóricos que nortearão está análise. Primeiramente para abordarmos a temática Índia, foram utilizados como base inicial o livro de Emiliano Unzer “História da Índia” que foi o sustentáculo para a construção historiográfica do tema, já que o autor faz uma análise sobre a Índia como um todo, de forma cronológica, sobretudo levando em conta, cinco aspectos : Sociedade, Economia, Geografia, Cultura e Religião, desde a Era Pré-Védica Indiana, até a sua história moderna, representando um guia de costumes e arquitetura indianas. O que foi de grande ajuda, visto que a cronologia nós ajuda a entender os contextos da história, sendo desta forma, imprescindível em minha pesquisa; ademais, o livro de James Mill : “History of British East India” também foi utilizado, de forma à ancorar o que pensavam os europeus sobre o processo histórico indiano e toda sua complexidade James Mill, escreve a história da Índia de acordo com a sua visão à época, que estava limitada ao pouco contato que tinha com a Índia, já que o mesmo era um dos sócios da Companhia junto com seu pai. De forma que a sua análise é de grande importância para o período caracterizado pelo colonialismo na Índia. O segundo capítulo se norteia a partir das temática Imperialismo Britânico, onde utilizei como base o livro “India: O Primeiro Século Colonial” de Jacques Pouchepadass que é um livro, onde o autor faz uma análise econômica, social e cultural especificamente do Império Britânico, respondendo perguntas como: de que forma este império foi o maior da terra? E este império foi positivo ou negativo para as pessoas que o vivenciaram.

Posteriormente as obras “A Era dos Impérios”/”A era do Capital”/”A era dos Extremos” foram imprescindíveis para o entendimento do assunto, pois Eric J. Hobsbawn, faz uma análise indispensável acerca do todo que foi a grande Era que levou à todo o emaranhado de situações que constituíram o período colonial e imperial da Índia, levando em conta de forma clara tudo o que levou à era dos Impérios, que pra ele, foi marcada e dominada por muitas contradições. Foi um momento carregado de estabilidade social crescente para o mundo ocidental, o que explica muitas questões em relação à grande lucratividade da colônia indiana. Acerca da questão econômica foi utilizado amplamente o livro recente “A Corporação que mudou o

mundo" de Nick Robins, da onde o autor faz uma bela análise econômica e social acerca da Companhia das Índias Orientais, e todos os acontecimentos que transformaram a Índia na maior e mais rica cooperativa da época e ao mesmo tempo difundiu tanta pobreza. "O Capital : The Revolt in the India" Karl Marx, é também um referencial na construção deste trabalho, visto que sua visão acerca do mundo da época é longamente precisa considerando a sua distância dos fatos.

O terceiro capítulo é norteado acerca do debate conceitual do termo Império, por conta disto foi utilizada a tese de Paulo Sérgio Souza Ferreira, "O Imperialismo: Os teóricos Precusores e o Debate Contemporâneo" da qual o autor faz uma análise concisa acerca dos grandes teóricos que norteiam a questão do imperialismo no mundo como um todo, trazendo personagens marcantes dessa história, como John A. Hobson, Lênin, Karl Marx e James Mill, Shumpeter, Hannah Arendt e Rosa Luxemburg. Neste tema foi similarmente importante a tese de Eduardo Barros Mauriti, acerca das interpretações clássicas do imperialismo do século XIX e XX, da onde ele relata o pensamento de vários autores importantes no cenário internacional, acerca do tema, ele também descreve de forma indispensável, como se construiu o significado de imperialismo ao longo do tempo. E por fim, à respeito da Cultura e racismo, as obras "Orientalismo" e "Cultura e Imperialismo" Eduard W. Said, são dois livros que representam e se unem em consonância sobre o que é a Cultura Oriental (Índia) e o que ela representa tanto para os orientais, quanto para os Europeus como um todo. Said em seu primeiro livro "Orientalismo" busca exemplificar aos não conhecedores, o conceito de Oriente, e como foi criado no imaginário ideológico ocidental, este homem orientalista. Depois, em sintonia com o segundo livro, "Cultura e Imperialismo" vem pra arrematar a primeira obra com uma discussão mais profunda acerca da justificativa cultural utilizada para interferir em outras culturas, ele discute isto principalmente à partir de literatura da época, buscando desta forma expor como se deu a atitude colonizadora. A respeito da temática sobre o racismo, foi utilizada a obra de Max Muller em "Lectures on the origin and growth of religion as illustrated by religions of India" onde o autor orientalista escreve um livro que marca o período imperial no quesito raça defendendo a tese em que os arianos teriam origem direta na gênese do povo indiano desde a Era Védica, e o literatura escrita por Kipling denominada "Kim" onde o autor utilizou de sua escrita maravilhosa para descrever como se deram na prática alguns atos que merecem análise. Além disto, também foram considerados os Estudos Subalternos que são inaugurados a partir da visão de Gramsci e Said, estes representados principalmente por dois teóricos importantes: Panikkar, historiador asiático que estudou os 450 anos de atividade europeia na Ásia, em sua obra "A



dominação ocidental na Ásia”, defende que, em 50 anos, a Inglaterra adquiriu um poderio militar e político sobre a Índia dos quais usufruiu de fatores políticos, econômicos e sociais de uma empreitada bem radical e Dipesh Chakrabarty autor indiano que em sua obra, “Habitations of modernity: essays in the wake of Subaltern Studies” onde o autor do apresentou uma posição crítica aos iluministas como Said, que lidarem com o processo histórico como algo cultural ou civilizacional. Basicamente, estes são alguns dos trabalhos que mais tem norteados a pesquisa que levantei.

### **3- PALÁCIO DA SABEDORIA: UM OLHAR SOB A ÍNDIA**

#### **3.1 ÍNDIA EM PERSPECTIVA**

A Índia, em certo sentido, se compõe historicamente de presenças estrangeiras. Sua passagem terrestre mais acessível fica localizada a noroeste, através do poço Khyber, passagem muito usada pelos nômades das estepes asiáticas. Por meio deste canal o islã chegou, e depois foram também utilizadas pelos túrquicos e mongóis a partir do século XVI. Mas apesar disso como seria definir a Índia? Em termos históricos, ela tem origem no vale do Rio Indo atualmente um território paquistanês. Em termos geográficos, o país desde 1947 é considerado pela delimitação da fronteira ao norte com o Paquistão, Bangladesh, Nepal e a China. Além disto, em termos habitacionais, a Índia é uma das mais numerosas comunidades, estimada em mais de 30 milhões. Em termos linguísticos ela abriga mais de 20 línguas oficiais, mais de 1500 dialetos e grupos étnicos. Em termos culturais e religiosos, a Índia foi o berço das crenças do hinduísmo, budismo, jainismo, siquismo entre outros, abrigando os zoroastrianos, assim como foi o local onde prosperou o islã desde o século VII. O que nós abre espaço para dizer que a Índia é um país vasto em todas as terminologias. Sua história foi diversificada de inúmeros reinos, principados e impérios desde o vale do Rio Indo, até mais ao leste em direção às amplas e férteis planícies do rio Ganges e Yamuna, costeando mais ao sul, se estabelecendo ao longo dos rios Krishna e Godavari. Reinos e potências que por vezes se expandiram e se tornaram em impérios desde a antiguidade, desde os Guptas até os mogóis, os britânicos e depois, numa forma unificada republicana que vigorou de forma democrática ininterrupta desde 1947. Algo espantoso, pois a Índia tem em sua diversidade todos os fatores para fragmentação e desunião.

O conceito de Índia portanto é mais complexo do que parece à primeira vista. No entanto, podemos afirmar com todas as letras que a Índia é muito mais que um conceito ou uma expressão que pode ser definida cientificamente. Sua história embasada em sua filosofia oriental é um manancial religioso e étnico que nos deixam completamente alucinados quando nos

defrontamos com elas. Esta encruzilhada, que todos os povos atingem ao se focar na Índia é o choque natural de todos ao olhar uma das civilizações mais antigas do mundo. E nós, ocidentais, estamos próximos da encruzilhada que os pensadores da Índia já haviam alcançado cerca de VI séculos antes de Cristo, por isso nos tornamos embaraçados ao olhar e nos deparar com a sabedoria oriental. De certa forma, é impossível entender um povo, sem antes de entender a base de sua história, religião e filosofia.

Falar da Índia, é saber que as concepções que regem o passado ocidental, não são as mesmas que regem o passado oriental, visto que os seus parâmetros são diferentes até mesmo de outros historiadores antigos como os chineses e os gregos. Conforme (PETROLA 2004, p. 62) “a sua cronologia é completamente diferente da que entendemos, por que sua cultura estruturou-se na busca de outros valores que estavam alicerçados em uma ideia de tempo que era necessária para a construção do passado histórico em que eles acreditavam”. A sua fundamentação compreende os elementos mais importantes para essa civilização, que eram tidos como verdades imutáveis e atemporais. A sua religião principal, o hinduísmo, defendia que o mundo material era uma prisão da alma, e por conta disso o objetivo fundamental do ser humano era libertar-se deste mundo por meio de ações e de boa moral. Por conseguinte disto, o registro das memórias do passado se tratava do mundo material e conseqüentemente era perda de tempo. As memórias deveriam ser usadas como forma de preservar a religião e os meios para escapar daquilo que era a matéria, criando um senso histórico único; pra eles pouco importava se o passado era escrito de forma imprecisa, o que importava era a preservação dele como meio para alcançar a liberdade espiritual. Como afirmou o orientalista Jean Riviere:

A Índia dá mais importância à “Essência”, ao “Absoluto”, do que à manifestação material alterável e transitória do mundo dos fenômenos. Esta manifestação tem um caráter ilusório, a “maya”; daí a teoria que o valor absoluto dos indivíduos é minimizado e que os acontecimentos históricos perdem importância e convertem-se em repetições de circunstância, numa série indefinida de ciclos que se repetem. O mito substitui facilmente a História e já se pôde observar que o indiano carece totalmente de sentido histórico; a fixação das grandes datas da antiguidade indiana foi obra de orientalistas ocidentais. Esta tendência provoca um certo repúdio pelo mundo objetivo natural; as percepções intuitivas, obtidas pelas técnicas de meditação, são tão válidas para o indiano como suas percepções sensoriais e têm inclusive maior realidade, porque provêm de esferas superiores da manifestação, mais próximas da “Realidade Suprema”. Para o pensamento indiano, a vontade não consiste no acordo entre o conhecimento subjetivo e o conhecimento de natureza objetiva do mundo, como acontece no Ocidente, mas sim e acima de tudo é uma atitude moral, ética, uma forma de viver espiritualmente de acordo com as “Leis Eternas”. Com esta abertura para “o alto”, o indiano escapa ao desespero existencialista ocidental.(RIVIERE 1979)

Visto esta realidade, é evidente que, as histórias indianas, chamadas puranas, eram completamente espirituais, míticas e poéticas; e quando os indianos as ouviam, eles entendiam estas histórias como algo que era real e tradicional (assim como os ocidentais entendem ao

estudar a bíblia). Os indianos viam estas histórias, de forma a acreditar que aquilo de fato havia acontecido na realidade, pouco importando se seus personagens eram animais ou humanos. Portanto, ao saber como se dá a visão histórica dos indianos, este estudo busca entender a história a partir das perspectivas indianas, utilizando também a perspectiva inglesa que começou a desvendar a história Indiana a partir do método científico. Ao pesquisar a respeito do tema, se tornou claro que os registros históricos da literatura Indiana dão indícios da evolução dos processos culturais e mentais que deram base para a organização da civilização Indiana, no entanto eles sofrem com problema de datação. O que também acontece em relação a arqueologia, que apesar dos problemas, nos dá ótimas noções sobre organização material e social da sociedade antiga. Desta forma, a partir do exposto, estes serão os modelos construídos para expor a história.

### 3.2 OS HINDUÍSMOS

Falar de Índia, é ter em mente que seu povo se compõe de uma dádiva em forma de crenças, hábitos e costumes herdados tanto do oriente como do ocidente. Suas tradições são um elo forte que une todo um povo diversificado em um verdadeiro Palácio de sabedoria que se instala até os dias de hoje. Segundo (COSTA, 2015, p.13)

Os indianos absorveram todas as invasões que sofreram, mas mantiveram suas tradições. Dizem que nenhuma época eliminou a anterior. [...] E nem poderiam, pois a noção de tempo da Índia tradicional é cíclica. Não tem começo nem fim. Segue adiante continuamente. [...] Na memória indiana, o passado se confunde com o futuro. E isso é evidente até no vocabulário: a palavra kal em híndi quer dizer tanto amanhã quanto ontem.

Portanto, o período que esta história se inicia é denominado, Era Pré-Védica (6.500 – 4.500 a.C.) onde se marca o início da história desta rica nação. Descobertas mais antigas desse período se caracterizam pela cidade de Mehrgarh, que se situa no Paquistão. Estima-se que a população de Mehrgarh fosse de cerca de 20.000 pessoas. Além de ter sido um grande centro de importação e exportação de mercadorias, a cidade parece ter sido também um local de criação e inovação tecnológica. Seus habitantes cultivavam o algodão e produziam grandes quantidades de objetos arqueológicos ricos de significado.

Este é o alicerce para que entre 1800 e 1500 a.C surgisse na região norte da Índia a presença de uma civilização pastoril, nômade e guerreira denominada na literatura como arianos, que seria denominado como Período Védico. As teorias em torno de sua origem são inúmeras, mais é difícil saber a sua procedência. Existem diversas teorias, como a do Orientalista Max Muller (MULLER, 1888) que atestam que : “ esse povo seria originado dos “indu-europeus” brancos e superiores, vindos de Cáucaso e se submeteram as civilizações “dasas”. Diferente de George Dumezil (DUMEZIL, 1968) que defendia que estes povos vieram

da Ásia central e o processo de assimilação foi gradual de forma que eles foram se misturando aos poucos a cultura Indiana-védico-hinduísta. Também existe a teoria representada por David Frawley (FRAWLEY, 1993) que destacou a indianeidade da origem dos arianos se tratava apenas de um vocabulário similar ao dos arianos, o que indicava relações de poder e não étnicas.

Apesar de tudo que gira em torno disto, o que se sabe é que existia um movimento de imigração nesse período, que resultou numa série de conflitos e fusões entre populações. Isso fica claro nos textos literários que surgem posteriormente, e dão o suporte para a estrutura da cultura Indiana. Os textos chamados Vedas, na tradução livre, “revelações” se dividem em três sânscritos: O Rig, o Yajur e o Sama Vedas além do Artharva Veda, que são textos que codificam a formação social Indiana que se estruturava desde já em castas, e era subdivida parcimonialmente entre, os guerreiros (que eram os mais respeitados) o pastoril (que tinham seus líderes, mas era servil) e os seminômades (que vagavam pela região indiana, eventualmente se estabelecendo em alguns lugares. É também importante destacar que, desde estes tempos, já existia a prática dos cultos derivados de uma espécie de xamanismo, onde são descritas diversas cerimônias, como exemplo, a cerimônia em que se insere o suco de soma, que era uma espécie de suco alucinógeno, que tinha como objetivo, levar os sacerdotes que as ingeriam, uma iluminação mística. Isto ajudou para que se estabelecesse pequenos reinos autoproclamados senhorios ou arianos que formaram o primeiro povo habitando o território indiano. Conforme, (PEREIRA, 2010, p.45)

Os Varnas em sua organização inicial, se dividiam em castas que subdividia a população em uma espécie de ocupação para cada povo, e estes eram segmentados entre os brâmanes (religiosos), xátrias (guerreiros), vazyas (comerciantes e fazendeiros) e os surdras (trabalhadores, escravos e camponeses). Estas sociedades eram comandadas pela figura do raja (rei que deveria ser um xátria) no entanto a educação geral e a manutenção da ordem ficavam por conta dos Brâmanes, classe superior desta sociedade. Além disso a civilização védica trouxe consigo a disseminação do sânscrito como principal língua de todas as principais regiões do norte da Índia. Esse processo histórico se consolidou até o período dos séculos VIII e IX, quando surgiram os primeiros grandes reinos de que se tem notícia (os mahajanapadas). Esse período também consolida a religião védica autêntica em direção a formação do sanatana-dharma ou o hinduísmo antigo representado pelo surgimento dos brâmanes, Aranyakas e Upanishads textos produzidos em função de um longo debate metafísico que consolida as crenças sobre o ciclo de encarnação até os dias de hoje.

Estes textos literários estabelecem os alicerces da organização social cultural e religiosa dos hinduístas. Entre os de maior importância, se destacam: “os Vedas” que são os primeiros textos da literatura védica. Do qual, o Rig Veda, se destaca como sendo o principal, visto que ele é apresentado como uma revelação divina dos deuses. Posteriormente temos o Sama e o Yajur, que foram absorvidos pelo povo, como um conteúdo de espécie mágica, principalmente

por abordar aspectos rituais da cultura dos seus deuses, além de descrições sobre crenças e valores sociais, que depois foram importantíssimos para a construção da história. Posteriormente, surgem os dois livros chamados “Anayankas e Brahmanas” de onde os Anayankas são os livros da Floresta, escritos por pensadores, eremitas e filósofos cujo objetivo era discutir aspectos diversos da religiosidade e definir métodos eficazes para a evolução espiritual. E os Brahmanas, que foram escritos por sábios da Varna dos Brâmanes e tratavam dos aspectos rituais, das obrigações, liturgias e credos. “O Upanishads: representam a conclusão da literatura védica e surgem em torno dos séculos 9 e 8. Enquanto os Vedas guardavam o que havia de mais importante na cultura ariana, os textos upanishádicos tratam do que há de mais espiritualizado na cultura védica. São estes textos que apresentam de forma clara as questões relativas à espiritualidade e à libertação da alma, da vida, do cosmos, das técnicas de domínio do corpo e da mente etc. Já “os puranas” são as histórias indianas mais próximas de fábulas e lendas, elas guardam elementos religiosos importantes, tal diferença não era considerada pelos indianos. Como exemplo desses textos, temos os famosos Ramayana. E por último, “O Mahabharata” que é um dos maiores textos (em tamanho) escritos até hoje. Ele conta a história dos “bharatas”, numa época relatada como o auge da civilização. Duas famílias disputam o poder: os pandavas (bons) e kuravas (maus); mas após diversas intrigas, aventuras e disputas, elas se lançam à uma guerra, que definiria o mundo. É nesse romance que aparece a Canção do senhor (Bhagavad Gita), um livro com instruções espirituais para a libertação da alma e que teria sido escrito pouco antes da batalha final entre as duas famílias. Ao passo que o Ramayana conta a história do rei Rama, que tem sua esposa raptada por um demônio e precisa sair em sua busca. Diversos elementos fundamentais do hinduísmo antigo são discutidos nesse livro, além das incríveis aventuras que Rama passa. Existem ainda puranas, dedicados aos deuses principais, dentre os quais estão: Shiva que é o principal deus do Hinduísmo e é conhecido como o destruidor. Junto com Brahma (o criador) e Vishnu (o conservador) simbolizando a trindade hindu, a qual, representa a relação cíclica de destruição, criação e conservação. Dentre os deuses venerados pelos indianos, podemos citar: (Ganesha: Deus da sabedoria/ Indra - deus da guerra e do clima/Kali ou deusa tripla - deusa da criação, da destruição e da transformação./Lakshmi - deusa da generosidade, da prosperidade e da pureza/Varuna - deusa do céu, da chuva e do oceano e Yama - deus da morte) Além disto, estes textos também contém uma miríade de mitos e coletâneas. Ademais os contos budistas, surgidos no século VI, chamados de jatakas, também podem ser incluídos nessa categoria. Nesta época, as músicas e danças (que são conhecidas pela sua animação ou extensa calma) são

mencionadas em textos sagrados védicos como o Rigueveda e o Natya Shastra, e são descritas nos textos como uma forma de conexão e comunicação com o divino.

Em 518 a.C. os Persas conquistaram o Paquistão (norte da Índia) tomando a região liderados por Dário, que permanece por 200 anos até a chegada de Alexandre, o grande, que se muda 326 a.C. para a Índia, o que explica a origem da herança indiana, vinculadas aos Greco-Macedônicos. O desenrolar dos acontecimentos, se materializa entre o final do século VII a.C. até o final do século V a.C., uma época que foi crucial para o desenvolvimento da cultura indiana, pois ali se estabeleceu uma fase de intensa urbanização e efervescência cultural, na qual o império Mágada se desenvolveu para dar luz ao budismo e o jainismo. Os textos budistas em língua páli descrevem que um líder espiritual que concedeu proteção e culto à um príncipe chamado Sidarta Gautama (563 a. C. ou 480 a.C. – 483 a.C. ou 400 a. C.), o Buda, na região onde ele caminhou e atingiu a Iluminação, dando um caráter único para os ensinamentos que foram uma expressão espiritual de reforma em um momento que a Índia necessitava de novos ares. As crônicas budistas narram que as encarnações de Buda e sua grande lição para o mundo como um todo. Também neste mesmo tempo, ecoou pela Índia, os ensinamentos do jainismo, fundado por Mahavira (599 a.C. – 527 a.C.), que era uma religião bem mística e centrada nas práticas do yoga, e se popularizou entre os mercadores e comerciantes indianos, porque condenava de forma bem expressiva, a agressão e violência contra qualquer forma de vida (desde insetos a mamíferos) e foi grande impeditivo para agricultores da época trazendo sua influência até os dias mais atuais da história indiana, já que está filosofia perdurou até os dias de hoje. Sendo importante perpetuar que os dois movimentos religiosos do século V a.C. caracterizaram-se como uma transição de um período de crenças bem místicas dos textos védicos, para um novo tipo de racionalidade. O Buda centrou seu pensamento na busca pela salvação individual, rompendo assim, o ciclo de reencarnações e sofrimentos, afim de atingir a libertação. Em concílios posteriores, ocorreram cismas entre aqueles que defenderam os ideais místicas e a comunidade dos monges; ocasionando posteriormente um dilema cultural sobre a percepção da população leiga que sentiu que, os monges budistas tinham se distanciado do povo, produzindo um estranhamento que teve como resultado a difusão do budismo em outros países como a China, e um aproximamento maior das teorias jainistas que defendia o conceito de não agressão aos animais e tiveram uma grande efetividade na Índia. Este movimento, mais amplo, originou depois o chamado “Grande Veículo”, enxergando os outros movimentos budistas como mais restritos e ortodoxos. Esse cisma foi de crucial importância para o posterior alastramento do budismo por regiões além da Índia e ressoam até os dias de hoje.

A posteriori, o ano de 324 a.C. marca o estabelecimento do Império Máuria, que se firma na Ásia Central sob o governo de Chandragupta Maurya, um militar respeitado que teve como mentor e professor o sábio brâmane Cautília, que o aconselhou na manutenção e expansão do poder e efetiva administração política, que por muitos historiadores foi considerado um período muito prospero, já que, sob ele foi construído varias estruturas arquitetônicas que permitiam ao povo adorar seus deuses. Seus filhos, empreenderam diversas campanhas militares para expandir suas alianças políticas na direção sul e de acordo com relatos históricos, sua conquista chegou à “terra entre os dois mares”, presumivelmente entre o Mar Arábico e a Baía de Bengala. Briadrata ( 187 a.C. – 185 a.C.), governou como último regente da dinastia, por territórios bastante encolhidos territorialmente, o que lhe rendeu em 185 a.C., um assassinato, que trouxe ao fim o império. As causas do declínio da dinastia dos Máurias foram múltiplas, mas as guerras sucessivas foram o ponto crucial, já que elas exauriram os recursos imperiais, outros fatores apontam o declínio como resultado de uma partição entre o povo que não apoiava um império que estava sempre em guerra, ocasionando uma pulverização das redes de lealdades imperiais. Os demais motivos podem ter relação com a irritação dos brâmanes, que viram na conversão budista de Asoka e no jainismo de Samprati, uma tendência em promover a não-violência, que resultou em descontentamento das castas militares do imperador que era jainista, como resultado, houve um complot de usurpadores ao poder. Isto faz com que a Índia caminhe para o primeiro milênio com uma estrutura única. Indicando que estes reinos da era védica foram grandes centros de importação cultural e isto deixa a história fascinante do ponto de vista histórico. Como aponta (FLOOD 2004,p.238-9):

A emergência de vários reinos regionais teve um impacto significativo na transformação cultural e religiosa na Índia no primeiro milênio d. C. Uma nova religiosidade, a transformar a ortodoxia do bramanismo e cultos mais populares foram as expressões mais evidentes. Ademais, houve uma evolução de línguas regionais como resultado do apoio e patrocínio de regentes e fortalecimento de reinos regionais indianos. No campo filosófico e religioso, houve no primeiro milênio a emergência de tendências questionadoras e renovadoras como reflexos das transformações históricas na Índia. No cenário após a dissolução imperial Gupta, a fragmentação política acarretou uma série de correntes de pensamento que se defrontou com os cânones tradicionais hindus e refletiram o alastramento da crença budista e jainista, que carregavam uma mensagem mais universal e igualitária. Uma delas, no âmbito do hinduísmo bramanista, houve uma “contrarreforma” brâmane, visando revigorar este diante das correntes reformistas. Por outro lado, um grande movimento popular que rejeitou a ortodoxia buscou a salvação do crente por meio da devoção a uma divindade de cunho mais pessoal, intimista. Nessa última, consta a mais notória das escolas que foi chamada de “vedantismo”, da palavra vedanta ( “fim”, dos Vedas).

Este período foi muito próspero culturalmente pois nele se desenvolveu a base da religião e história indianas. Além de que, foi nesta época que o território se tornou um riquíssimo expoente da Rota da Seda, se ligando à Europa que apreciava a riqueza dos recursos naturais indianos (tecidos e especiarias), enquanto os monges budistas tinham contato com a China, disseminando o Budismo para todo o mundo. Ao norte da Índia, o hinduísmo colou em

cheque seu controle familiar, ao aumentar de forma expressiva o poder sobre as mulheres, que nesta época sofreram verdadeiras diásporas indescritíveis. Economicamente, o Império Gupta criou um sistema fiscal e de administração nos grandes planaltos do Ganges extremamente moderno pra época, se tornando um modelo para reinos indianos posteriores. Além disto, se achou necessário por parte dos líderes Hinduístas que a sua base de crenças fosse renovada de acordo com um devoção mais esforçada. O que se refletiu em um florescimento cultural de várias modalidades de vida pra época. Foram construídas esculturas e a arquitetura, associadas à uma nova elite urbana em ascensão. Além disso, a literatura sânscrita clássica floresceu e ciência, astronomia, medicina e matemática indianas, que tiveram avanços consideráveis para época.

### 3.3 AS INVASÕES DOS POVOS DO ORIENTE

A “Era medieval indiana” de (600 d.C. a 1200 d.C.) pode ser definida de acordo com uma fragmentação regional e por uma grande diversidade religiosa. Segundo (UNZER, 2018 p.95) historiador brasileiro da história da Índia, durante este período, “Nenhum governante desse período foi capaz de criar um império unificado e os territórios sob seu controle geralmente não passavam muito além de sua região central, além disso, o sistema de castas também passou a mostrar as diferenças regionais” É certo, no entanto que, os séculos VI e VII, foram criados os primeiros hinos devocionais na língua tâmil, o que foi de grande importância pois eles foram imitados por toda a Índia e levaram ao ressurgimento do hinduísmo, que passou a desenvolver todas as línguas modernas do subcontinente. Neste período grandes templos foram construídos, de forma que se atraíram cidadãos em grande número para as principais cidades, tornando a Índia um prospero centro econômico. Templos em cidades de vários tamanhos começaram a aparecer em todos os lugares ao mesmo tempo que a Índia passava por outra era de urbanização.

Pelos séculos VII e VIII os efeitos disso foram sentidos no Sudeste da Ásia, conforme o sistema político do sul da Índia eram exportados para terras que se tornaram parte dos atuais Myanmar, Tailândia, Laos, Camboja, Vietnã, Malásia e Java (Indonésia). Comerciantes, estudiosos e às vezes exércitos indianos envolveram-se nesta transmissão cultural. Os asiáticos do sudeste do continente também tomaram a iniciativa e organizaram muitas peregrinações para os seminários indianos a fim de aprender a espiritualidade indiana, traduzindo também os textos budistas e hindus para os seus respectivos idiomas. O século X fica marcado pela predominância dos muçulmanos na parte central da Ásia, que se organizaram em seus exércitos



para invadir as planícies do noroeste da Ásia, levando à instauração do Sultanato de Déli em 1206. Segundo (UNZER, 2018, p.103)

O sultanato controlou grande parte do norte da Índia e fez muitas incursões ao sul do subcontinente a fim de conquistar todo o território. De certa forma, eles conseguiram trazer uma bagagem cultural única para o país, no entanto, o sultanato deixou parte da população não muçulmana sujeita às suas próprias leis e costumes.

Apesar disto, o governo muçulmano, lutou repetidas vezes contra os invasores mogóis, salvando a Índia da devastação experimentada pela Ásia Central e Ocidental ao se defrontar contra os Mogóis. O sultão Alauddin Khilji (1296 – 1316) governou o Sultanato de Dheli com bastante responsabilidade, visto que suas reformas administrativas padronizaram notoriamente o território indiano, tentando a todo momento por o interesse do estado acima de qualquer norma, como ele declarou em diálogo conforme narrado no livro de (BARNI 2006, p.245) o *Tarikh-i-Firoz Shahi*: “Apesar de ser um muçulmano de ascendência muçulmana, visando evitar rebeliões em que milhares poderiam perecer, eu ordeno e concebo conforme o que é melhor ao Estado e para o benefício do povo.”

Eles deram abrigo aos soldados, comerciantes, artistas e artesãos que vinham em fuga daquelas regiões, criando assim uma cultura indo-islâmica que viria a cair com a invasão de dois exércitos: O Império Vijayanagara, que abraçava uma forte tradição xivaísta (religião hinduísta que adora a deusa Xiva) e controlou a maior parte da Índia peninsular, sendo influente na sociedade do sul do país por muito tempo, e o Império Mogol, que assumiria o império no início do século XVI, governando com a intenção de equilibrar o reino através de novas práticas administrativas e de elites dominantes diversas e inclusivas, levando a uma lei mais sistemática, centralizada e uniforme por todo o império. Uma última batalha a assegurar e consolidar a dominação dos Mogóis foi marcada por um ato de heroica resiliência da população e dos Rajputs contra os mogóis, que testemunharam um antigo rito de autoimolação em nome da honra dos homens, em que diante da iminente derrota, crianças e mulheres Rajputs cometeram o sacrifício de autoimolação para não se tornarem escravas dos mogóis.

Neste momento, os mogóis unem seus reinos, que até então estavam separados, de forma que há uma influência cultural de origem persa, que tiveram expressão na figura de um imperador que tinha importância quase divina para a população Indiana. As políticas econômicas do Estado Mogol arrecadavam muito dinheiro, ocasionando a entrada de camponeses e artesãos em mercados maiores da Índia. Este clima pacificador mantido pelo império, durante o século XVII, foi um dos fatores que ajudaram na expansão econômica da

Índia, pois este clima fez com que novos grupos sociais surgissem no norte e no oeste, denominados como povos marathas, rajputs e sikhs, que ganharam ambições militares durante o domínio mogol, dando uma origem às novas elites comerciais e políticas, que ocasionaram no desmembramento do império, que apesar de tudo foi positivo. Visto que ainda sim, muitas elites foram capazes de manter seus negócios sob controle, prosperando como nunca sob os territórios indianos e dando o tom da interação que existiria entre o povo indiano e os europeus. Em 1498, o navegador português Vasco da Gama chega a Calecute, na costa ocidental indiana, marcando a relação europeia dentro dos domínios territoriais indianos. Como mercadores marítimos, os lusitanos foram bem recebidos, garantindo-lhes os mesmos direitos com que foram tratados outros comerciantes nos portos indianos. Mas a aparição de outros europeus, como os britânicos e holandeses, foi bem vista por regentes indianos, pois assim ofereciam a quebra de monopólio marítimo no Oceano Índico a tratar com países mais a oeste.

#### **4 - A EXPANSÃO DO IMPERIALISMO BRITÂNICO NA COLÔNIA**

##### **4.1 - A COMPANHIA COLONIAL**

Evidentemente, que pouquíssima atenção tem sido dedicada ao papel privilegiado da cultura na experiência imperial Moderna. Em nossos dias não existe praticamente nenhum norte americano, africano, europeu, latino americano e indiano que não tenha sido afetado pelos impérios do passado. Juntos, a Grã Bretanha e a França controlavam territórios imensos: Canadá, Austrália, Nova Zelândia, colônias na América do norte e do sul, Caribe, grandes extensões na África, Oriente médio, extremo Oriente., Hong Kong como colônia até 1997 e a totalidade do subconsciente indiano. Dois quais todos caíram sobre o domínio inglês ou francês. As instituições modernas com isso, ignoraram um sistema desde tempos longínquos tem sua influência sobre os povos, ao passo que ele ainda lança sombras consideráveis sobre nossa própria época. Isto só retifica o quanto é imprescindível entender como este processo lançou suas bases para que o hoje, se formasse um mundo inteiramente global; Incluindo a Índia que era considerada “A Joia da Coroa”.

Dentro de todo discurso imperialista na Índia, seus precursores irão descrever a adesão e a integridade do império de diversas formas das quais se entendeu a forma como este processo se deu em todo território da Índia até os meados do século XX. Como vimos, para os europeus, a Ásia ou o Oriente sempre foram um tema fascinante. Na discussão sobre o imperialismo e a sua importância para o mundo todo, sempre houveram discursos que se formavam para justificar os motivos econômicos que perpetuavam este sistema na Índia. No entanto, a verdade é que pouquíssima atenção tem sido dedicada ao papel privilegiado da cultura na experiência

Imperial Moderna. Em torno destes lugares, o mistério foi algo recorrente e oculto para a maioria. Os portugueses ao viajar em busca de suas tantas especiais sempre foi assombrado pelo medo do mar e suas criaturas e pelo estranhamento do povo que encontrava nestes países . As ideias que os ingleses tinham sobre a Índia não eram diferentes, já que a idéia que os viajantes e peregrinos tinham sobre estes povos atestava recorrentemente o que eles pensavam sobre as simbologias orientais. No entanto a possibilidade de encontrar o paraíso do enriquecimento foi o sonho de quase todos estes aventureiros.

De certo, quando dizemos que os Britânicos estiveram na Índia, a maioria das pessoas diria que está presença foi rápida e passageira. É interessante descobrir que a sua colonização não foi nem um pouco fugaz, ela perdurou durante longos três séculos e junto à si trouxe mudanças significativas na sociedade indiana. Os ingleses chegam a Índia em meados de 1600 e logo viram uma possibilidade de câmbio com os indianos que é levado à coroa. Com base nisso, a autorização da Rainha Elizabeth I é assinada na noite fria do dia 31 de dezembro de 1600, finalmente fundando a Companhia Britânica das Índias Orientais (British East India Company, doravante BEIC ou simplesmente a “Companhia”). Em mais de dois séculos e meio de sua existência ela fez a ponte entre o oriente e o ocidente, tendo poder de estado dentro da Índia e, atuando com um exército próprio que lutava contra as lideranças indianas e europeias, tendo poderes delegados pelo governo britânico para intervir dentro da Índia (incluindo estabelecer arrecadação fiscal). Apesar disso, ela foi bem vista no início pelos regentes indianos, pois ela oferecia a quebra do monopólio marítimo no Oceano Índico, que estava completamente descontrolada para a época.

(MOORE 1983) quando questionado acerca dos motivos que levaram os Britânicos à Índia sustenta que estes motivos foram múltiplos, mas inicialmente, a possibilidade de receber lucros à partir do comércio foi o ponto decisivo. O que contrasta completamente com a opinião do paquistanês Edward Said (SAID 1988, p.53) destaca que, “ colonialismo se extinguiu em certos aspectos, entretanto as práticas imperialistas desde o início permaneceram numa espécie de esfera cultural geral, bem como em determinadas práticas políticas, ideológicas, econômicas e sociais”. Neste cenário, fica claro que os ingleses adotaram inicialmente uma estratégia baseada no setor privado para extrair dinheiro na Índia; Suas medidas são colocadas em prática em 1611 quando eles percebem a imprescindibilidade de adotar uma organização territorial, enviando representantes ingleses para Índia para que eles pudessem negociar preços mais acessíveis nos produtos e recursos agrícolas. Segundo (CAMPOS 2013,p.17) eles monopolizavam o comércio de chá, as transações comerciais da China e o transporte de

mercadorias para o continente europeu, além da navegação costeira entre a Índia e as ilhas vizinhas, o sal, o ópio, o bétel eram de domínio dos seus funcionários que fixavam os preços da pior maneira, o que prejudicou os indianos por muito tempo.

Em sua organização territorial, eles estabeleceram um posto de comércio no oeste, em Surat, mas os resultados foram problemáticos por conta da crescente insegurança da cidade diante da dissolução imperial Mogol e dos saques de Délhi. À fim de assegurar os seus negócios, eles passaram gradativamente a mudar suas residências e negócios para um porto ao sul em Bombaim, tornando está cidade a sede da Companhia em 1687. Isto permitiu uma estabilidade que posteriormente, daria cabo para que eles se estabelecerem comumente em Bengala e Calcutá, importantes centros para a dinâmica desta história, pois estas capitais foram o local comum entre indianos e britânicos, na primeira metade do século XVIII, mostrando que nesta época, o subcontinente indiano era a oficina do mundo, respondendo em 1750 por quase um quarto da população fabril global contra apenas 1,9% da Grã Bretanha. Consequentemente que converteu-se em uma arrecadação fiscal fixa em toda colônia. Ainda segundo (CAMPOS 2013, p.51)

Os agentes da companhia, dirigiam o sistema fiscal ao mesmo tempo em que exerciam funções administrativas e judiciárias, sendo comum que uma mesma pessoa pudesse acumular diferentes funções. Os indianos eram aceitos somente em postos subalternos. [...] Havia uma tendência dentro das aldeias que empobrecia os camponeses, que se tornaram dependentes de agiotas quando a colheita era ruim, corroendo a economia das províncias.

Isto deixa exposto um certo desprezo pelos indianos desde o início das transações coloniais, deixando o colonizado dependente de sua administração e refém de uma política que dominava o seu sistema econômico. Em 1776, a companhia vivia o auge de seu poder, no entanto se estima que já havia uma certa instabilidade. A Índia, no início do século XVIII, estava sob o domínio do Império Mongólico e era considerada um país extremamente promissor. Embora fosse fundamentalmente agrícola, ela possuía a liderança mundial na produção de manufaturas, condição essa que só veio a perder com o advento da Revolução Industrial na Europa. Nesta época, havia aproximadamente 25 mil tecelões em Dacca, produzindo cerca de 130 mil peças de tecido com fios manufaturados por 80 mil mulheres. Junto com os próprios produtos, os nomes indianos dos tecidos de algodão (bandana, calico, chintz, dungaree, gingham, seersucker e taffeta) cruzaram os oceanos e acabaram entrando para a língua inglesa. O acesso a esse mercado era estritamente controlado e regulado por uma política de comércio que estabelecia cuidadosamente o que podia ser comercializado e por quem e com base em critérios de funcionalidade econômica e de importância social. No mercado interno de bengala, vários itens de prestígio, como sal, avelã da Índia, e o tabaco eram

comerciados. Segundo normas sociais de grupos econômicos indianos, pessoas oriundas dos países de gente que usa chapéu eram completamente excluídas dos negócios, já que nesta época havia uma certa rispidez com os ingleses que maltratavam os indianos nas ruas de Calcutá. Sendo admitidas nessas transações, apenas pessoas de privilégio que não quebrassem a hierarquia material do intercâmbio. Eric Hobsbawn, importante historiador do imperialismo, em seu livro “A Era do Capital” vai destacar que:

Entre 1850 e 1870, cresceu 260%. Qualquer coisa vendável era negociada, mesmo as que sofriam direta resistência do país comprador, como o ópio da Índia britânica exportado para a China, que dobrou em quantidade e quase triplicou de preço. Por volta de 1875, um bilhão de libras esterlinas havia sido investido no exterior pela Inglaterra — três quartas partes desse montante desde 1850 —, enquanto o investimento externo francês decuplicava entre 1850 e 1880.(HOBSBAWN 2007, p.65)

Esta combinação de forte demanda com regulação estrita, acarretou duros termos de comércio para os comerciantes europeus, que a partir daqui já tinham uma certa rixa com os comerciantes e tecelões indianos. Além disso, nesta época já havia relatos dentro das fábricas, de que os produtores indianos sofriam inúmeras mutilações durante o período que se caracterizou como queda. De acordo com William Bolt, (apud, ROBINS 2006, p.195) “variados e inúmeros eram os métodos de opressão aos tecelões pobres, como multas, prisões e chibatadas” “sabe-se que alguns cortaram os polegares para não serem obrigados a enrolar a seda”. Dando uma ênfase completamente social ao período que formou uma espécie de trauma em todo subcontinente indiano que sofreu inúmeras penas decorrentes desse contato com o “homem europeu” e sua estrutura impiedosa que mutilava seus trabalhadores se fosse preciso. O embate se caracteriza também nos números, visto que segundo (CHESNEAUX 1976), durante a época do auge da companhia, os comerciantes britânicos pagavam sob o preço de importação dos algodões e lãs 3,5% e 2% , já os indianos pagavam 10% e 30% para entrar na Inglaterra. Todavia, a situação seria pior, visto que de acordo com (AMSDEN 2009), as tarifas para os produtores indianos ficava entre 40%-60% para entrar na Grã-Bretanha. Isto só explicita ainda mais a realidade que se desenrolava entre os comerciantes e fabricantes locais indianos, que pagavam entre 6% e 18% de impostos para o trânsito interno de seus produtos. Mesmo com essa atitude, a indústria algodoeira na Índia se desenvolveu no âmbito industrial, tendo uma dezena de cotonifícios em 1860. A maioria dessas fábricas foi fundada por comerciantes indianos prósperos de Bombaim ou de Ahmadabad, como os Tata, de forma que os britânicos também se esforçavam em impor constantemente uma rúpia cara, com objetivo de gerar mais lucros para as suas empresas sem levar jamais em conta os comerciantes indianos. Sobre o assunto, (DAVIS 2002, p.14) faz uma referência ao jornalista

estadunidense John Russel Young, o qual, em passagem pela Índia em 1877, escreveu à respeito do assunto:

A influência inglesa no Oriente é apenas outro nome para tirania inglesa. Não existe maior despotismo nem mais absoluto que o governo da Índia. Poderoso, irresponsável, cruel... o dinheiro que a Inglaterra tira da Índia todos os anos é um sério dreno no país, e está entre as causas de sua pobreza.

Ainda sim, diante do crescimento das atividades comerciais, e a frequentes batalhas por poder entre as companhias e a resistência indiana, os britânicos se viram necessitados de uma liderança. Ao passo que em 1755, chega em Madras o coronel do exército Imperial Britânico, Robert Clive, que comandou com sucesso as suas tropas para socorrer os domínios da BEIC que sempre se encontravam à “beira da morte” ou em processo de luta e pilhagem contra povos indianos. Como governador, Robert Clive apreciava frequentemente a sua “liberdade” de recolher todos os impostos de Bengala enquanto 10 milhões de indianos morriam de fome, acumulando uma fortuna enorme no mercado imobiliário, que lhe renderia mais tarde uma péssima reputação de patife. Ele havia ganhado para a companhia 2,5 milhões de libras a curto prazo, saqueando seus inimigos e assinando tratados fraudulentos. O mais recente biógrafo inglês de Clive, Robert Harvey, adota um enfoque mais maquiavélico às suas práticas, deixando claro que ele “merece imenso crédito por sua capacidade de trapacear” Ao contrário dos historiadores imperiais como James Mill que escreveu destacando que “Embora nunca desatento de seus próprios interesses Clive era movido por um sincero desejo de promover a prosperidade da Companhia”. O que deixa bem claro como acontecia o descaso dos dirigentes britânicos para com a população da Índia, que vociferava a sua aversão as práticas da Companhia desde o século XVII. Em “A descoberta da Índia” (NEHRU 1946, p.226) escreve as consequências desta política na sociedade indiana:

A corrupção, venalidade, nepotismo, violência e cobiça das primeiras gerações de dominadores britânicos na Índia [...] é algo que está além da compreensão. [...] É significativo que uma das palavras hinduístânis que entraram para o vocabulário seja *loot* (saque, pilhagem)[...] Toda criança indiana conhece a pérfida história da queda de Bengala em Plassey [...] é de se admirar que desconfiemos de comerciantes e empresas estrangeiras?

Incluindo desde já, que a influência que os britânicos exerceram na Índia tem contornos bem mais específicos e duradouros no cotidiano dos indianos que viveram sob o domínio britânico. Felizmente como afirma (UNZER 2018, p.177) eles sempre tentaram resistir, como é no caso da Primeira Guerra Anglo-Mysore, entre indianos e britânicos, onde os indianos junto ao líder Madhav Rao, conquistam um trunfo que inviabilizou por um período breve os lucros de funcionamento da companhia, no entanto, não muito tempo depois o destino quis dar favor aos britânicos, e em 1772 morre o seu líder, provocando uma grande divisão política na Índia por um longo tempo, que geraria a fome de bengala, que assolou a dupla governança do

território, fazendo 10 milhões de vítimas, que era o equivalente à um terço da população que morreu de fome. Mais tarde o governo Hastings concluiu que a fome foi causada pela escassez de alimentos decorrentes da manipulação do mercado pelos indianos, culpando os comerciantes locais. Em “A Riqueza das Nações” Adam Smith deixa explícito o seu entendimento sobre este período: (SMITH, 1994 [1776] p.563) “Nunca sobreveio uma fome por outra causa que não a violência do governo tentando, por meios impróprios, remediar as inconveniências de uma escassez”. Essa conclusão se apoiava nas limitações insensatas impostas pelos funcionários da Companhia sobre o comércio de arroz, que contribuíram para a escassez de alimentos. Este período foi um marco sentido na cultura indiana por muitos anos e suscitou muitos debates entre os luminares da política mundial.

Posteriormente quem assumiria a Índia neste momento crítico seria Warren Hastings, que foi considerado por muitos o arquiteto do império britânico na Índia; porque mesmo em guerra, suas decisões foram sentidas em toda costa indiana. No quesito dos saques ele desenvolveu uma reputação de integridade pessoal, além disso seu conhecimento das línguas indianas e esperteza lhe deu uma espécie de diplomacia no ramo comercial que foi usada de forma bem questionável. Sua conduta foi posta a mesa na câmara dos comuns e seu grande adversário foi Edmund Burke, lhe ocupou com um épico processo de impeachment que duraria uma década. Burke, acreditava que cada sociedade tinha seu valor intrínseco, que não deveria ser sacrificado aos interesses do lucro e do poder, porque para ele, a lei natural é estabelecida para todos os seres humanos onde quer que eles estejam, ele era expressivamente contra o relativismo que colocava a Índia como um país inferior, e desfraudou a bandeira dos valores absolutos quando declarou “Devo fazer justiça ao Oriente”. No julgamento de Hastings, (BURKE 1999[1783] p.186-187) foi duro em seu ataque verbal :

É com segurança que eu, por encargo da câmara dos comuns, acuso Warren Hastings Esquire de graves crimes e transgressões. Eu acuso em nome do povo da Índia, cujas leis, direitos e liberdades ele subverteu, cujas propriedades ele destruiu e cujo país ele devastou. Eu o acuso em nome e por virtude das eternas leis da justiça que ele violou. Eu acuso em nome da natureza humana que ele cruelmente violentou, ofendeu e oprimiu, em ambos os sexos em todas as idades, posições sociais e condições de vida.

O julgamento durou sete anos, mas infelizmente, as peças da denúncia estavam carentes de detalhamento jurídico, tornando o Hastings inocentado de todas as acusações em abril de 1795. Segundo Nick Robins (2012, p.143) :

A carreira de Warren Hastings, que se tornou o primeiro governador geral da Índia em 1773, ilustra esse grande conflito entre o cultural e comercial. Fluente em línguas locais, Hastings foi um grande filantropo que patrocinou a primeira tradução inglesa do *Bhagavad Gita*, apoiou a criação de um madraçal para estudantes mulçumanos em Calcutá e ordenou a construção de um templo budista às margens do Rio Hugli.

Nehru, (apud ROBINS 2006, p. 45) importante membro do partido Socialista Indiano, vai caracterizar em contraponto :

A Índia tem uma enorme dívida de gratidão com os executivos da Companhia [...] Contudo, as iniciativas culturais de Hastings não foram senão efeitos colaterais de sua obrigação de gerar riqueza para a Companhia e seus acionistas. Foi ele quem comandou o monopólio da produção de sal e ópio em Bengala em deliberado desafio a uma antiga e duradoura proibição.

Toda essa injustiça valida conscientemente o grande dilema entre cultura e economia que seria refletida em todos os governos da companhia britânica. Em 1785, a Índia recebe novamente um novo governador intitulado Lorde Cornwallis que segundo suas próprias palavras encontrou “um imundo sistema de especulação” por conta dos grandes desvios do governo anterior e ao contrario de seus antecessores que conseguiram se misturar a sociedade local, Cornwallis nutria um profundo desprezo pelo comércio e particularmente pelos indianos, chegando à declarar que “todo nativo da Índia, eu estou seguro, é corrupto”. Sua situação foi tão crítica perante os indianos, que ele só conseguia estancar a situação fazendo alianças com as lideranças Maratas na forma de seu líder Tipu Sultan, que foi uma importante figura histórica que combateu de forma indireta as ações políticas dos britânicos por anos, o que infelizmente teve fim com a sua morte e anexação de seu território ao sul da Índia para a Companhia, que usufruiu de várias vantagens por conta de sua avassaladora dominação por toda a região. Posteriormente sobre o governo de Lorde Wellesley (1798-1805), foi instituída uma política que visava assegurar a defesa de seus interesses estabelecendo alianças com diversos regentes indianos nas proximidades. Foram asseguradas uma ampla autonomia interna, desde que os indianos obedecessem as diretrizes políticas britânicas externas e de defesa. Aumentaram-se os impostos sobre a terra e introduziram monopólios sobre a produção de sal, tabaco e madeira para assegurar o fornecimento de teca a Marinha Real.

Neste tempo ocorre uma das grandes interferências britânicas sob o povo indiano, visto que a companhia cria uma imensa fazenda de mil hectares para produzir canela, café e pimenta. A questão é que clandestinamente os funcionários da companhia, a usurparam, transformando os trabalhadores em escravos. Os relatos segundo (ROBINS 2006,p.115) denunciam que crianças eram roubadas de suas famílias na calada da noite com as bocas cheias de pano para ficarem caladas, e tinham todos os sinais de casta removidos. Ainda segundo (ROBINS 2006, p.116), esses contornos serviram de guia de conduta para a política imperial britânica ao longo do século XIX e já moldavam desde já a presença civilizatória do povo inglês. No âmbito interno governo de Wellesley buscou reformar administração na Índia instituindo normas para conter os casos de corrupção de seus funcionários. No campo jurídico as inovações foram



bastante significativas, pois pela primeira vez foi elaborado e posto em vigor um novo código de leis indianas, conhecido como “Código de Cornwallis” a partir de 1793. Como fontes jurídicas, eles buscaram interpretar e incorporar os costumes de cada grande religião na Índia, com objetivo de assegurar a cada indiano um julgamento longe das arbitrariedades de regentes locais. Para a codificação dessas leis foi William Jones um grande jurista e filósofo britânico que aprendeu diversas línguas e costumes indianos. Inaugurando o colégio de forte William em Calcutá, onde seriam formados os novos funcionários da companhia, com objetivo de traduzir e estudar as inúmeras obras e clássicos em sânscrito, persa, urdu, bengali, hindie e árabe pelos estudiosos orientalistas. Segundo Wellesley:

Os oficiais formados pela instituição deveriam ser educados e instruídos nos princípios e sistema que constitui a fundação de um sábio código de regulações e leis promulgadas [...] visando assegurar [...] o benefício de leis antigas e códigos desse país. (WELLESLEY[1793] apud, UNZER, 2018 p. 158)

Além disso foi instituído uma Suprema corte em Calcutá como tribunal de última instância uma prerrogativa para valorizar os costumes e línguas tradicionais da Índia. Como resultado um colégio foi inaugurado em Bernardes para o estudo das obras em sânscrito; também foram abertas escolas corânicas e madrastras em Calcutá, para manter uma certa paz entre os indianos e britânicos. Vinculado à isto, foi instituída uma sistematização da prática chamada aliança subsidiárias, que consistia em deixar clara a aceitação exclusiva de um regente indiano das forças britânicas dentro do território indiano sem nenhuma outra presença estrangeira. Concordando que essas forças deveriam ser mantidas e pagas assim como qualquer outra presença britânica não militar. Em caso de conflito as decisões seriam feitas pelos britânicos e como contraparte o regente indiano aceitaria a proteção em assuntos externos e desordens internas, se caso houvesse transgressão a esses termos o lado indiano teria que aceitar a perda de parte de seu território. Ademais o sistema permite a resistência de um representante britânico no capital do Reino aliado para supervisionar se a Aliança de fato estava funcionando.

Período que se sucedeu foi marcado por anos de expansão Anglo-Indiana rumo ao leste em batalhas que mobilizaram soldados indianos, custando milhões de libras esterlinas dos cofres da companhia. Além disso, as questões internas indianas ganharam ênfase nas reformas propostas pelo governo de William Bentinck (1828-1835) advindo do fato de que o BEIC tinha apresentado anos de prejuízo que precisava ser corrigido pelo governo em Londres. O que ocasionou em uma implementação de medidas de corte de gastos que gerou um descontentamento entre aqueles britânicos na Índia que alimentavam ambições imperiais.

Mas o que se destacaria em meio a tudo que já vimos até aqui é que Bentinck, influenciado por políticos e pensadores que propunham uma maior ocidentalização da Índia, instituiu um processo de reforma por toda a Índia. Inspirado pela filosofia e pensamento utilitarista de Jeremy Bentham(1748-1875) e James Mill (1773-1836) eles tomam diversas medidas envolvendo a sociedade indiana, definindo que: Deveria haver uma reforma nas escolas indianas, dando uma ênfase maior da língua e literatura inglesa e as disciplinas ocidentais. O inglês deveria ser a língua oficial da corte e do governo, substituindo o uso do persa. Além disso, as classes mais subalternas, se buscou coibir a prática de autoimolação de viúvas na pira funerária (o sati) e também houve um esforço para conter os excessos da poligamia, da rigidez das castas e do casamento infantil.

Sobre o ocorrido, vários administradores ingleses estiveram envolvidos com essa dominação política, da qual se destaca Charles Trevelyan, que trabalhou no governo colonial da Índia e foi um defensor da imposição do sistema de ensino britânico aos indianos, visto que ele diz que o ensino vai “despertar os súditos coloniais para a lembrança de seu caráter inato, corrupto” (TREVELYAN, 1950, p. 55 apud VISWANATHAN, 1989, p. 132). O advoga em favor da teoria de que os ingleses estariam mostrando sua superioridade e legitimando a dominação, tomando como antídoto dos “problemas indianos” a missão de ensinar aos seres “inferiores” como serem melhores através de uma ocidentalização. Como completa (SAID, 2011, p. 173) “No sistema pedagógico concebido para a Índia, os alunos aprendiam não só a literatura inglesa, como também a superioridade intrínseca da raça inglesa” Nesta perspectiva, Eric Hobsbawn, em seu livro “A Era do Capital” vai teorizar que:

As mudanças que os britânicos provocaram deliberadamente ou em consequência de sua curiosa ideologia e atividade econômica sem precedentes, eram mais profundas e perturbadoras que qualquer outra coisa que atravessou o Passo de Khyber. [...] Os ingleses se esforçaram para inserir um processo de ocidentalização - foram reformadas diversas escolas indianas, dando maior importância a o ensino da língua e literatura inglesa e as disciplinas ocidentais. O inglês tornou-se a língua oficial da corte do governo substituindo de vez o antigo uso do persa pelos mongóis. Sobre os costumes tradicionais indianos, houve uma espécie de proibição a prática de autoimolação da viúva na pira funerária do marido (o sati) como também houve uma contenção aos excessos da poligamia, da rigidez da divisão das castas e do casamento infantil. Esses assuntos chocavam a sensibilidade dos conservadores britânicos e causou um ambiente Intolerante e alienado das classes britânicas que não compreendiam a população Indiana[...] Uma pequena elite anglicizada emergiu às vezes tão distante das massas indianas a ponto de perder influência em sua própria língua vernacular ou de anglicizar os próprios nomes, embora nem o mais assimilado dos indianos viesse a ser tratado como inglês pelos ingleses.(HOBSBAWN 2007, p.199)

Isto deixa evidente que, na concepção de Hobsbawn “os ingleses fracassaram na tentativa de ocidentalização dos indianos, pois eles já eram um povo que se dominava muito bem, a sua “função” não era a de competir com o capitalismo inglês. Além do mais, havia riscos políticos na tentativa de interferência em práticas populares, porque as diferenças entre os hábitos ingleses e os de aproximadamente 190 milhões de indianos pareciam ser tão grandes a

ponto de serem virtualmente insuperáveis, pelo menos por parte do pequeno número de administradores ingleses”. Ao passo que, Edward Said defende o oposto quando afirma:

A cultura desempenhou um papel importantíssimo na verdade indispensável do cerne da cultura europeia durante várias décadas de expansão imperial. Ele acumulou experiências, territórios, povos, histórias, estudou-os, classificou-os e verificou-os. Concedendo aos homens de negócios europeus o poder de planejar em grande escala, e acima de tudo, subordinar os povos expulsando suas identidades da cultura e da própria ideia da Europa branca cristã. Esse processo cultural deve ser visto como contraponto vital, capaz de acionar e modelar a maquinaria política econômica central no imperialismo [...] A cultura eurocêntrica observava incessantemente tudo o que se referisse ao mundo não europeu ou periférico de maneira tão complexa e minuciosa que restaram poucos interlocutores das culturas e povos que não foram reivindicados. [...] A cultura Inglesa teve influência sobre a cultura indiana.(SAID, 2011, p.53)

Deixando evidente que para Said (2011, p.249) houve uma influência do império sobre todo o mundo mesmo que de forma indireta. Além disso, os desgastes dessa postura inglesa diante do povo indiano foi plenamente exploratória culturalmente, fazendo com que o povo sofresse demasiados retardamentos no seu desenvolvimento. Isso tudo baseado em uma política que tinha um viés de superioridade como civilização, contendo o direito de subjugar os povos incivilizados. A cultura Inglesa teve influência sobre a cultura de forma que a literatura e o povo indiano não nega tal fato em sua história. Para ele, isto evidencia que o processo cultural foi iniciado na Índia antes do momento que ficou conhecido como Raj Britânico, já que medidas de cunho cultural foram implementadas para coibir a população de seus costumes tão arraigados. Além disso, esse processo foi feito junto em consonância com Revolução Industrial que também mostrou seus ganhos na Índia.

Nesta época, o sistema tributário foi simplificado visando eliminar os problemas advindos da elite aristocrática. Foram instituídos departamentos de obras públicas em cada presidência, o que ampliou o programa de obras de linhas ferroviárias pelo território indiano visando antes de tudo o transporte de recursos naturais como minério de ferro e carvão para as regiões portuárias indianas. As ferrovias da Índia tendiam a ter como pessoal os eurásianos, que eram filhos de mulheres indianas e trabalhadores ingleses, menos relutantes em miscigenar-se que as classes média e alta. Foram concluídos no canal do gancho em um sistema de canais de irrigação do norte indiano visando aumentar a produção agrícola Indiana, também foi implantado um novo e eficiente sistema de Correios e Telégrafos e tudo o que se referia ao sistema mais eficiente de gestão e alocação dos recursos indianos vê o que valorizou a administração imperial na Índia sem maiores considerações para a instrução e melhoria de vida da população Indiana.

O que inclusive marcou a literatura da época que escreveu sobre como a industrialização chegou à Índia; a obra de Kipling, por exemplo, em um dos capítulos de “Kim”,

um personagem que era funcionário da Companhia Britânica descreve as grandes cidades, fábricas e o trem, onde os ingleses abrem poços “o poço do sahib Mackerson era novidade em Peshawar” (KIPLING, 2014, p. 121), com construções de grandes empreendimentos que mostram as “mil chaminés das fábricas de algodão que rodeiam Bombaim” (KIPLING, 2014, p. 136) E o trem, que era o foco principal da admiração dos personagens indianos que se referem ao trem de forma positiva e o consideram um grande avanço para a mobilidade dos indianos. Como exemplo, a história de um nativo morador de uma aldeia que diz a Kim, que “o governo nos cobra impostos injustos, mas nos deu uma coisa boa: o te-rém, que reúne os amigos e une os ansiosos. É uma coisa maravilhosa.” (KIPLING, 2014, p. 163). Contudo, se tem em ampla discussão que, as ferrovias indianas eram construídas pelos ingleses para garantir cada vez mais o controle do país e não para ajudar o povo. Fora isso, não foi realizada nenhuma grande campanha de educação e vacinação da população em geral demonstrando o viés governamental voltado para o grande empresariado e interesses comerciais. Que foi a percepção da população Indiana na década de 1850 entre os civis e militares que sentiu que havia um grande descaso para com a população. Mas o que levaria de fato, há uma das maiores consequências para a dominação britânica na Índia durante o governo de Dalhousie seria a aplicação da “Doutrina do Lapso”, que estipulava uma medida onde os príncipes regentes indianos perderiam legalmente o seu direito local de governar para os britânicos caso eles não apresentassem um herdeiro masculino de descendência direta. Segundo (UNZER, 2018, p.144), essa doutrina ela provocou uma grande indignação e temor entre os regentes e príncipes indianos que ficaram aterrorizados com possibilidade de perda eminente da sua soberania. Estes que, seriam motivos cruciais que resultariam mais tarde no evento conhecido como a Revolução dos Cipayos.

#### 4.2 – A REVOLUÇÃO DOS CIPAIOIS

A série de revoluções no norte da Índia, que ocorreram no ano de 1857 marcaram a relação entre os ingleses e indianos, pois é nesse período que se estabelece uma série de rebeliões e levantes armados no país em oposição a dominação colonial. Enquanto os indianos referem a estes acontecimentos como a primeira guerra de Independência Indiana, os britânicos os considera apenas como um motim por ação de alguns soldados indianos chamado Cipayos. Em seu início, o evento não envolveu todas as regiões indianas, concentrando-se mais ao norte, todavia, tais revoltas adquiriram maior adesão e posteriormente ganharam uma força expressiva no cenário nacional. A população que participou das revoltas, foi composta de várias castas. A elite Indiana, conhecida como a mais velha aristocracia latifundiária que estava completamente descontente com as reformas tributárias feitas por Dalhousie que queria estabelecer uma aliança

que era considerada injusta pelos indianos. A figura da Rainha (*rani*) de Jhansi foi um dos momentos mais emblemáticos dessa revolta, pois a regente não conseguiu assegurar um herdeiro natural masculino ao seu trono, que foi tomado pelos britânicos e gerou uma grande comoção por parte do povo indiano que estava descontente com a situação. De certo que a revolta envolveu muitas camadas sociais indianas além das militares; abaixo das elites indianas, as revoltas se espalharam no noroeste entre os Rajputs e os Gurjaras, que almejavam uma autonomia maior na intervenção das políticas britânicas.

Já os Cipayos eram os soldados indianos que estavam a serviço da Companhia das Índias Orientais desde as pilhagens de Clive. Além disso eles recrutavam jovens de diferentes castas para compor a mesma base, indo contra a base cultural indiana, o que dava ao ambiente um ar de tem são já que os oficiais de castas superiores não podiam dividir o mesmo espaço que os de casta inferiores, ademais, também havia um esforço significativo por parte dos britânicos para converter os soldados ao Protestantismo, o que de certa forma funcionou, já que segundo Hobsbawn:

O cristianismo fez alguns avanços no sul da Índia (sobretudo no meio da camada mais baixa do sistema de castas), apesar da falta de entusiasmo do governo, o imperialismo multiplicou o seu número de missionários (de uns 3 mil protestantes em meados da década de 1880, para talvez uns 18 mil em 1900) e pusesse um poder material bem mais persuasivo atrás do poder espiritual.(HOBBSAWN 2007, p.504)

Outrora é certo que este esforço incomodou a maioria dos soldados que professavam fés diferentes, e mesmo que o cristianismo já tivesse chegado a Índia muito antes dos britânicos, este foi o estopim que, levou os Cipayos a serem os propulsores da rebelião de 1857. Ademais, a Doutrina do Lapso tinha como intenção revolucionar a política interna e externa dentro da Índia, para que fosse possível estabelecer uma espécie de ideologia em relação às questões religiosas e governamentais, sendo plenamente entendido pelos indianos como algo significativo para a revolta dos Cipayos, já que a gota d'água foi a distribuição de munição lubrificada com gordura animal para os novos rifles. Resumidamente os soldados haviam sido ensinados a lacrar os cartuchos com dentes para inseri-los no fuzil quando estivessem em batalha.

O empecilho se encontra na questão religiosa, já que a maioria dos soldados tinha origem hindu e muçulmana, e havia uma grande suspeita que a gordura utilizada para lubrificar as armas fosse o sebo de boi (abominável para os hindus) ou a banha de porco (abominável para os muçulmanos). O rumor espalhado foi que os britânicos fizeram isso intencionalmente, visando convencer os soldados da doutrina do Cristianismo gerando grandes revoltas. Além disso, as histórias contam que havia pouco diálogo e muita desconfiança dos soldados indianos

em relação aos britânicos; O comandante da época o tenente-coronel George Carmichael-Smyth carecia de carisma e liderança entre os soldados e foi para provar seu comando aos seus superiores, que decidiu dar uma lição aos questionadores sobre as munições. No dia 24 de abril, ele manda 90 dos seus homens carregarem as novas munições com lubrificante de origem animal, sendo obedecido apenas por cinco soldados, o que acarretou no aprisionamento por indisciplina militar e amplificou o descontentamento dos soldados indianos em relação aos britânicos. O resultado é vivenciado no dia seguinte, se alastrando por todo o norte da Índia. O comando britânico, respondeu descoordenadamente aos eventos e apesar da revolta ter se aglutinado, não houve um comando unificado ordenado nas manifestações. Houveram diversas divergências entre os rebeldes sobre quem deveria liderar a província de Madrastas, outros almejavam um governo republicano autônomo e entre os muçulmanos indianos houve clamores pela Jihad (Luta, esforço, empenho).

Um dos acontecimentos mais significativos foi vivenciado na cidade Kapur, onde em um dos levantes do motim, uma multidão enfurecida cercou a comunidade britânica ao local e 120 mulheres e crianças foram mortas e desmembradas. O episódio conhecido como “O Massacre de Bibighar” foi intensamente explorado pela imprensa vitoriana da época, chocando a opinião europeia, e enfurecendo as autoridades em Londres, que decidiram reforçar a intervenção no país, para reverter o quadro. Outra cabeça ilustre dessa revolução seria Mangal Panday (1827-1857) que foi uma figura marcante da revolta visto que ele liderou os Cipayos, matando diversos oficiais ingleses, tornando-se um mártir da guerra. Dois meses depois, um regimento de cavalaria de Bengala se amotinou em Meerut e marchou em direção à Dheli, cidade que dominaram após executar um relevante número de europeus. Em julho do mesmo ano, chegaram reforços britânicos na localidade e, passadas algumas semanas de intenso confronto, o exército Cipaio foi contido. Apesar da grande importância que a revolta assegurou no âmbito indiano, ainda existem discussões sobre sua relevância, (SAMPAIO 2016, p. 2009) advoga que:

Existe um debate historiográfico sobre a interpretação da revolta dos cipayos como a primeira guerra de Independência da Índia. Para a historiografia colonial. Ela Foi apenas um motim perante a dominação britânica no território indiano. já, historiografia nacionalista Indiana trabalha com diferentes Vertentes de interpretação, como por exemplo.: sendo movimento progressista pela liberdade da Índia, uma tentativa de restauração do antigo regime indiano, reação feudal da elite proprietário de terras ao colonizador inglês ou ainda uma guerra civil entre colaboradores do colonialismo e resistência.

Sobre o assunto, na perspectiva de Jacques Pouchepadass (2004, p.337) Mesmo em consequência da revolta, os indianos aceitaram sua condição de colonizados, tendo em vista que os Cipayos eram soldados subalternos que tinham como lideranças príncipes que

desconheciam as estratégias para desenvolver uma frente de guerra à altura. Isto deixa claro que, as narrativas ocidentais e orientais se confrontam. Apesar das afirmações que atestam que a revolta dos cipayos foi um marco considerável para o período futuro de Independência, os ingleses trataram a rebelião apenas como algo que aconteceu isoladamente. Esse episódio infame vai trazer ao debate figuras como (MARX, 1857, p.1). que sustenta que:

Por muito infame que seja a conduta dos cipayos, ela é apenas um reflexo concentrado da conduta da Inglaterra na Índia, não apenas durante a época da fundação do seu Império oriental, mas mesmo durante os últimos dez anos de sua longa dominação. Para concretizar essa dominação, basta dizer que a tortura fazia parte orgânica da sua política fiscal. Existe na história humana algo que se assemelha a retribuição; e é uma regra da retribuição histórica que seus instrumentos sejam forçados, não pelos ofendidos, mas pelos próprios ofensores.

Ao passo que (SAID 2011, p.239), argumenta:

O motim foi uma demarcação clara, tanto na história Indiana quanto na britânica. [...] onde os britânicos esmagaram o motim com rigor e brutalidade, tendo em todas as suas ações atos de retaliação; [...] a imprensa britânica, relatava que os revoltosos assassinavam os europeus, colocando em narrativa, a perspectiva em que os indianos mereciam ser subjugados pela civilização superior da Inglaterra europeia.

É fato, no entanto, que para os indianos, o motim foi uma revindicação nacionalista contra o domínio britânico que aos poucos ia se consolidando. Apesar das reclamações indianas aparentemente ignoradas. (Edward Thompson) em 1925, publicou o seu vigoroso ensaio intitulado de “O outro lado da moeda” onde ele aponta que o motim foi um grande acontecimento simbólico por meio do qual ambos os lados, o indiano inglês, atingiram o grau pleno e consciente de oposição mútua. O que reforça aqui a diferença entre colonizador e colonizado. Página 239

Nesse interim, a revolta foi suprimida e os ingleses conseguiram conter as insubordinações dos Cipayos em 21 de setembro de 1857, recuperando seu posto na cidade de Dheli. Efetivamente deixando escancarados os conflitos e as falhas na contenção por parte das autoridades britânicas deixaram marcas profundas na autoconfiança da companhia; em consequência disto, muitos britânicos já não se viam como superiores ou portadores da civilização frente aos bárbaros indianos.

As autoridades de Calcutá, em Londres nos anos posteriores a 1857, decidiram adotar uma política menos intervencionista do que a praticada por Bentrick e Dalhousie. Porém a Companhia não iria aguentar, já que os recursos haviam sido utilizados para reprimir as revoltas e descontentamentos, e o BEIC já não era mais o mesmo depois dos escândalos dos governadores caloteiros. (GARNES 2013, p.354 ) vai ser o precursor da teoria de que este motim foi um “episódio muito caro aos independentistas indianos, por ser uma das primeiras

ações contra a dominação inglesa” A expressividade da revolta foi tamanha nos cofres da coroa, que a companhia britânica deixou de atuar na Índia depois de 258 anos. Os indianos tiveram a permissão para ocupar cargos públicos e novas propostas políticas foram elaboradas, contando com a participação da Rainha Vitória, que foi proclamada Imperatriz da Índia. (BINDÁ, 2008, p.19) Além disso, a Rainha apresentava um vivo interesse do Império indiano., sendo que a monarca teve aulas de Hindie e foi aluna do Indianista mais famoso da época: Max Muller. Ela declarou generosamente uma proclamação conciliadora pela qual ela se comprometeu a garantir á todos os regente e príncipes da Índia, todos os seus direitos e privilégios que haviam sido retirados com a Doutrina do Lapso. Além disso, para o povo indiano de todas as crenças e raças foram prometidos direitos e respeita as tradições e religiões da Índia, delineando assim, o “Raj britânico”.

#### 4.3 O “RAJ BRITÂNICO”

A proclamação em tom imperial foi seguida pela aprovação do governo da Índia de 1858, que delineou novas diretrizes políticas. Um novo secretário de estado para a Índia foi nomeado e uma comissão parlamentar substituiu. O antigo conselho da Índia foi revisto como uma maneira de evitar o excesso de gerência de pessoas das ilhas britânicas como caçadores de tesouros, ambicionando uma maior valorização daqueles que conviviam e lidavam com a realidade Indiana. Nesse sentido, a administração britânica na Índia começou gradativamente, a transitar para um sistema centralizado, testemunhando uma melhora significativa, mais singela na participação indiana nos altos cargos civis e militares. Segundo (UNZER, 2018, p, 176)

Na década de 1880 por exemplo, havia apenas 16 indianos entre os 900 membros de cargos governamentais, além disso, os exames de administração para o corpo de elite eram realizados na Inglaterra (um custo de viagem proibitivos para a maioria dos candidatos indianos). Além do mais, mesmo com os insistentes pleitos por reformas mais amplas, no sentido de ampliar o acesso de indianos aos cargos mais elevados, havia desconfiança ou até mesmo explícito racismo entre a comunidade britânica na Índia, principalmente entre aqueles evangélicos e conservadores, como ficou demonstrado no romance histórico de Dalrymple. Ou como ficou clara na declaração do Vice-Rei, Lord-Lytton, que escreveu em 1879 que os alto cargos jamais seriam acessados substancialmente pelos indianos.

Eles também buscaram reparar algumas reivindicações. Proferidas pelos indianos tratando de criar bancos, e inserir papel moeda para impulsionar o desenvolvimento industrial na Índia.(FOUCARD,2004, p.348). Apesar disso, os problemas políticos em relação aos estados vizinhos foram substanciais, ocasionando na criação de uma política de anexações:

O “Motim” foi esmagado num banho de sangue, mas ensinou os ingleses a terem cuidado. Por razões práticas, a política de anexações cessou, exceto nas fronteiras ocidental e oriental do subcontinente. As grandes áreas da Índia ainda não ocupadas por administração direta foram deixadas para a administração de príncipes marionetes locais, controlados pelos ingleses, embora socialmente respeitados e considerados, e estes, por seu turno, transformaram-



se nos pilares do regime que lhes garantia riqueza, poder local e status. Desenvolveu-se uma tendência acentuada para buscar apoio nos elementos mais conservadores do país, os proprietários de terras e especialmente a poderosa minoria muçulmana, seguindo a antiga regra imperial “dividir para reinar”. Com o passar do tempo, essa mudança de política tornou-se mais do que o reconhecimento da resistência da Índia tradicional à dominação estrangeira. (HOBSBAWN 2007, p. 201-2)

Os quatro mais destacados vice-reis da Índia após 1858 (em ordem sucessiva: Lawrence, Mayo, Northbrok e Lytton) se defrontaram com uma difícil situação no noroeste indiano, o que refletiu culturalmente de forma significativa. Os dois primeiros governos, de Sir John Lawrence (1864-1869) e Lorde Mayo (1869-1872) foram marcados pela guerra russo-afegã que desempenhou grandes custos da coroa em defesa dos avanços, foram investidos recursos militares pesadíssimo para enfrentar esse período que gerou uma nova onda de fome por toda a Índia, e balançou novamente a relação entre os ingleses e indianos.

O período que se sucede, é preenchido pelo governo de Lorde Northbrok (1872-1876) que ao contrário de seus antecessores era um homem contrário a guerra, o que fez com que ele voltasse sua administração para o povo indiano, a fim de conter os gastos excessivos e diminuir os impostos para dar fim à fome, que era algo recorrente na Índia. Ele implementou uma extensa organização para o cultivo de monoculturas no mercado Internacional, como por exemplo o chá em Assam, o indigo e a juta na Bengala. Mesmo assim, durante o seu governo houve um desgaste muito grande por conta da fronteira afegã, o que lhe fez desistir em 1876. Seu cargo foi sucedido por um experiente diplomata britânico, chamado Lorde Lytton (1876-1880), que atuou a cargo da política de Disraeli (primeiro ministro da Inglaterra na época), e pois fim, a guerra afegã, trazendo certa “paz” para Índia, que agora teria fôlego para olhar seus problemas internos.

Durante o governo de Lorde Ripon (1880-1884) a administração da Índia foi marcada pelas primeiras reformas cautelares rumo ao sistema de governo mais democrático. Ripon era de uma escola mais liberal, e por conta disto enfrentou duras oposições da classe empresarial de europeus em Calcutá, que considerou as reformas como perigosas e nocivas a seus interesses e privilégios na sociedade Indiana. Um dos pontos mais debatidos foi com relação ao sistema judiciário, porque os seus conselheiros consideravam injusto que o magistrado indiano não podia ter o direito jurídico de julgar um europeu, mesmo em matéria penal final. Em busca de mudanças Ripon ira lutar bravamente, propondo a Lei de Ilbert de 1883, para abolir a distinção jurídica. Infelizmente, a classe europeia utilizou o seu poder na imprensa de Calcutá e a lei foi modificada, retirando o direito dos magistrados e mantendo nas entrelinhas, segundo Unzer (2018, p 179) uma “distinção racial” e “deixando claro que réus indianos não podiam ter recurso a um júri” o que estabeleceu o preconceito que os britânicos tinham contra os indianos.

O que não esmoreceu o coração dos indianos, mas sim acendeu a sua empreitada em busca de instituições e leis mais justas. Um dos momentos mais inspiradores nesse cenário foi a inclusão das opiniões dos empresários liberais, políticos, professores, advogados, médicos, jornalistas, intelectuais e líderes religiosos na Índia na fundação do Congresso Nacional Indiano em 1885. Esta organização política foi fruto de décadas de debates e ideias reformadoras indianas, rumo a libertação. Eles buscaram revigorar o hinduísmo que havia sido esmorecido pelos britânicos através dos textos Vedas, para que houvesse um esclarecimento sobre a situação que estavam postos, o que despertou os sonhos nacionalistas indianos em busca de maior autonomia e libertação. A vista disto, durante o século XIX, o povo indianos começa a ter consciência do seu espaço e do seu próprio direito. Passando a entender que eles por muito tempo foram apenas um aparato para alcance dos objetivos que a Inglaterra visava para alcançar maiores ganhos sem levar em consideração as súplicas do povo colonizado. A respeito do exposto, (MARSHALL, 2011, p 1) enfatiza:

Universidades, faculdades e escolas proliferaram nas vilas e cidades, a maioria delas abertas pela iniciativa Indiana final. Eles não produziram réplicas de homens e mulheres inglesas, como Macaulay esperava, mas indianos que podiam usar inglês além de suas próprias línguas para dominar tecnologias e métodos. De organização importados e que estavam dispostos a adotar o que consideravam atraente na cultura britânica. Os movimentos intelectuais dominantes não podem ser chamados de ocidentalização. Eles eram movimentos de reavivamento e reforma do hinduísmo e do islamismo, e foram o desenvolvimento de culturas que encontraram expressão nas línguas indígenas. Dentro das restrições de uma ordem colonial. Uma Índia Moderna estava emergindo no final do século XIX. O domínio britânico, é claro, teve um papel importante nesse processo. Mas o país estava surgindo, cumpriu as aspirações dos indianos ao invés de projetos coloniais do que a Índia Moderna deveria ser.

Na virada do século xx, em 1899, foi nomeado como vice-rei da Índia, Lord Curzon (1899-1905) e seu governo foi marcado pela grande tributação para manter o sistema militar e político britânico na Índia e gerou grande revolta por parte do povo que via cerca de 40% do orçamento público alocado para o sistema militar, e míseros 5% para os serviços de bem-estar, saúde, educação. Do qual (UNZER 2018, p, 180) também retifica:

Os gastos com segurança talvez fossem um inequívoco sinal do crescente descontentamento da dominação britânica. Em 1871, o vice-rei Mayo foi assassinado por um muçulmano indiano. Em 1897, o alto comissário Rand foi morto por um brâmane. No mesmo ano, foram realizados grandes boicotes contra as instituições britânicas em Bombaim, com violentos confrontos nas ruas e a destruição de alguns edifícios públicos nas cidades. Em 1901, embates similares ocorreram na cidade de Cownpore, assim como foi noticiado na Bengala onde foi estabelecida a associação nacional Indiana em Calcutá visando coordenar as opiniões e discussões acerca do domínio britânico. E Também foram fundados periódicos e jornais indianos, de cunho revolucionário. Tornando bengala o epicentro da inteligência crítica e revolucionária do raj britânico.

Iniciando assim a recuperação do território indiano pelos próprios indianos. Mesmo que eles ainda fossem independentes dos ingleses. Análogo a isso, segundo (Hobsbawn, 1995):

As organizações sociais fundadas no final do século XIX e início do século XX, foram instituídas para defender os interesses indianos junto ao governo da Índia britânica, transformando-se em movimentos de massa contra a

dominação estrangeira, agindo por meio de ações parlamentares e resistência não-violenta.[...] Após a partição da Índia, em agosto de 1947, o mundo testemunhou a maior migração maciça da história, quando um total de 12 milhões de hindus, siques e muçulmanos cruzaram a fronteira da Índia com o Paquistão Ocidental e a fronteira da Índia com o Paquistão Oriental.

Este processo que se iniciou do século XIX com a revolução dos Cipaios e a instituição do Raj Britânico, só mostraria resultados consistentes no século XX, do qual a figura de Mohandas Karamchand Gandhi, levou a luta pacífica e a resistência que finalmente resultou na Independência da Índia. Considerando isto, é imprescindível tratar como se deram as políticas diante desta dominação, como eles a absorvem, aceitam, interagem e relutam até os dias de hoje.

## **5- A NATUREZA CULTURAL DO IMPÉRIO**

### **5.1- TEÓRICOS PERCURSORES DO IMPERIALISMO**

O Império Britânico foi a maior potência planetária do mundo, tendo seu auge econômico, entre 1815 e 1939, período em que houve o surgimento e expansão de sua indústria, comércio e de sua capacidade bélica; Exposta a sua grandeza, é obvio que a discussão acerca do tema é composta de admiradores e inimigos, que independente de que lado estejam se defrontam com um gigante de todas as formas que se possa imaginar, o que torna necessário que se aprofunde de forma esperta entre os seus pensadores. Primeiramente, embora os fenômenos associados à expressão “imperialismo”, em suas variadas formas, tenham ocorrido em várias épocas da história, este termo é relativamente recente. A palavra *impérialisme*, parece ter ganhado popularidade na França por volta de 1830, com uma acepção particular e, fundamentalmente positiva: era usada para identificar os partidários do “império” de Napoleão. O termo com o passar do tempo, ganhou uma concepção bem crítica, pois passou a ser utilizado, como uma denúncia às pretensões “cesarianas” de Luis Napoleão. Pouco tempo depois esta expressão passou a ser utilizada por franceses e ingleses contrários ao expansionismo francês. No entanto, no mundo anglo-saxônico, a palavra *imperialismo* só ganhou força na década de 1870, como uma crítica à política de Disraeli, que tinha como objetivo converter as colônias inglesas, em um império unificado. O que acaba desempenhando um esforço dos políticos, escritores e ideólogos britânicos na tarefa de tentar reabilitar o termo, que já tinha ganhado um teor pejorativo utilizado tanto pela esquerda, quanto pela direita.

Apesar da disputa ideológica ser mais antiga, os estudos mais sistemáticos sobre o imperialismo ganharam força no século XIX e começo do século XX, que representou a culminação do período que surgiram as primeiras “teorias do imperialismo” como sendo o centro desta discussão que se prolonga até os dias atuais. A proliferação destes estudos está

ligada à nítida intensificação da rivalidade entre as nações qualificadas de imperialistas que marcou o período 1870-1914 se tornou um termo pejorativo utilizado tanto pela esquerda, quanto pela direita. No entanto, a alma do conceito e valorização do imperialismo foi difusão da ideologia do “fardo do homem branco”, onde os europeus como uma “civilização evoluída”, tinham como objetivo, a missão de civilizar os povos atrasados e de abrir os seus territórios para o benefício de todo globo terrestre. O que acabou fundamentando entre os teóricos uma semelhança entre o termo imperialismo e “colonialismo”. De forma que a imprensa europeia popularizou o termo que foi difundido em todo o mundo. Apesar da disputa ideológica ser mais antiga, os estudos mais sistemáticos sobre o imperialismo ganharam impulso à medida que o final do século XIX se aproximava. O século XX representou a culminação deste processo, pois neste período que surgiram as primeiras “teorias do imperialismo”, que formaram o centro desta discussão que se prolonga até os dias atuais.

É neste contexto que o debate sobre a natureza e o significado do imperialismo ganhou os seus contornos, como sinaliza Hobsbawn (1998, p. 92), “as discussões em torno desse tema tão sensível, são tão apaixonantes, densas e confusas que a primeira tarefa do historiador é desemaranhá-las para que o fenômeno em si possa ser visto”. Embora seja muito abrangente, a discussão que pretendo realizar aqui tem um ponto básico: a relação entre a cultura dos países e o imperialismo. De forma que existem algumas interpretações que separam os três fenômenos. De um lado, situam-se os teóricos que alegam que o imperialismo é apenas um qualificador econômico dentro da sociedade vinculado exclusivamente ao capitalismo. Do outro lado, os pensadores defendem que o imperialismo é muito mais antigo do que o capitalismo e que, portanto, este pode determinar a cultura de uma nação. De outro, situam-se as interpretações que estabelecem um vínculo orgânico entre capitalismo, imperialismo e talvez, cultura. Esta dimensão econômica dada ao processo de dominação no século XIX, se consolidou depois de longos debates entre os estudiosos que, segundo (HOBSBAWN, 1998, p. 91-92), se chamavam observadores ortodoxos e heterodoxos:

Os observadores ortodoxos pensavam discernir, em termos gerais, uma nova era de expansão nacional na qual os elementos políticos e econômicos já eram claramente separáveis e o Estado desempenhava cada vez mais ativo e crucial tanto a nível interno como externo. Os observadores heterodoxos analisaram o período mais especificamente como uma nova fase de desenvolvimento capitalista, decorrente de várias tendências nele discerníveis.

De forma que as definições sobre o que foi o imperialismo tiveram como objetivo responder diversas perguntas: O imperialismo foi essencialmente econômico? Até onde se estendeu? Quais foram suas causas? Era sistemático? Quando terminou? (se é que terminou). A relação dos luminares que contribuíram para a discussão na Europa, e nos Estados Unidos é

impressionante, dos quais gostaria de destacar: Luxemburgo, Hobson, Lenin, Hannah Arendt, Marshall e Schumpeter como precursores.

Nesta linha, o livro que dá início ao debate seria, *Imperialism: a Study*, publicado em 1902, por J. A. Hobson, um convicto liberal. Nele, temos uma análise, segundo o autor do imperialismo como fenômeno. No entanto, se absorve muito mais do que isto, já que o centro das preocupações foi bem amplo, analisando perspectivas como: os problemas socioeconômicos da Grã-Bretanha e os “custos” e “benefícios” do império britânico. Em sua concepção, (HOBSON 1981 p. 379) o imperialismo é :

“Um processo social parasitário, através do qual interesses econômicos existentes ao interior do estado usurpam as rédeas do governo e promovem a expansão imperialista para explorar economicamente outros povos, de modo a extorquir a riqueza para alimentar o luxo nacional”, no entanto, “[...] o imperialismo não é vinculativo ao capitalismo, pois uma melhoria no padrão de consumo dos trabalhadores assalariados teria força para reverter a tendência ao expansionismo e conseqüentemente seria um forte inibidor das práticas colonialistas”. Em suas palavras, “as forças que orientam o imperialismo deviam utilizar as cores protetoras de [...] movimentos desinteressados”, como a filantropia, a religião, a ciência e a arte”.

Atenuando que pra ele, o processo civilizatório das nações (incluindo a indiana) deveria ser feito de forma singela e apaziguadora, e daí vem a origem de suas críticas ao imperialismo vigente na época. O que retifica que, a sua interpretação sobre as forças que impulsionavam a expansão imperialista foi de exímia importância para a discussão dos dias de hoje já que ele conseguiu enxergar muito além dos que os próprios políticos da época enxergavam.

O segundo grande marco nesta discussão seria a publicação de “Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo” escrito por Lênin em 1916, onde o mesmo argumenta em completa oposição à Hobson, que, o imperialismo não somente é ligado ao capitalismo, como também representa o indício da maturidade do modo de produção capitalista. Nesse livro, segundo (LÊNIN 1994, p.5) o imperialismo é:

Um capitalismo na fase de desenvolvimento, quando tomou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, quando ganhou significativa importância a exportação de capitais, quando se iniciou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a repartição da terra entre os países capitalistas mais importantes.

O que deixa clara que a principal motivação de Lenin foi demonstrar como a rivalidade entre os anti-imperialistas das grandes potências havia conduzido o mundo à Primeira Guerra Mundial e por isso o capitalismo estava negativado. Em uma perspectiva completamente diferente, Rosa Luxemburg seguindo o estilo de Marx (que considerava a influência dos Ingleses na Índia a pior entre todos os outros invasores do território indiano, visto que eles fizeram os indianos passar por um verdadeiro terror) escreveu “A Acumulação de Capital”, onde ela defende que, o imperialismo advinha das dificuldades na realização na arrecadação do capital, fato que estimula os capitalistas a se associarem a um Estado para, poderem disputar

militarmente o controle sobre as zonas onde ainda não dominam. O militarismo, serve de base para a incorporação violenta do povo ao mesmo tempo em que se retroalimenta de uma demanda por armamentos e soldados. A passagem seguinte sintetiza o pensamento da autora:

O capitalismo é a única forma econômica capaz de se propagar sem escrúpulos: é uma forma que tende a estender-se por todo o globo terrestre e a eliminar todas as demais formas econômicas, não tolerando nenhuma outra ao seu lado. Mas é também a primeira que não pode existir só, sem outras formas econômicas de que alimentar-se; que tendendo a impor-se como forma universal, sucumbe por sua própria incapacidade intrínseca de existir como força de produção universal, [...] O capitalismo é, em si, uma contradição histórica viva; seu movimento de acumulação expressa a contínua resolução e, simultaneamente, a potencialização dessa contradição. O Imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua luta para conquistar as regiões não capitalistas que não se encontram ainda dominadas. Geograficamente, esse meio abrange, ainda hoje, a grande parte da terra. Mas, comparado com o poder do capital já acumulado nos velhos países capitalistas, que luta para encontrar mercados para seu excesso de produção, e possibilidades de capitalização para sua mais-valia, comparado com a rapidez com que hoje se transformam em capitalistas territórios pertencentes a culturas pré-capitalistas, ou, em outros termos, comparado com o elevado grau de forças produtivas do capital, o campo revela-se mesmo pequeno para sua expansão (LUXEMBURGO 1976, p. 393).

O que ainda, segundo Luxemburgo, não quer dizer que o socialismo é resultado de uma crise do capitalismo, mas sim, quer dizer que o socialismo é a única saída possível para a ruína que o capitalismo representa.

Em contrapartida, Schumpeter, interpreta estas questões de uma forma completamente diferente. Em sua obra “A Teoria do Desenvolvimento Econômico e Capitalismo, Socialismo e Democracia” ele deixa em evidência sua tensão com o marxismo, combatendo de forma direta a vinculação entre capitalismo e imperialismo, pois em sua visão, os diversos tipos de Imperialismo remontam à Antiguidade, de forma que ele identifica entre os fenômenos (SHUMPETER 1961, 90):

Nosso método de investigação é simples: propomo-nos a analisar o nascimento e a vida do imperialismo por meio de exemplos históricos que considero típicos. Um traço comum surge em cada caso, fazendo com que o problema sociológico do imperialismo seja um único, em todas as épocas, embora com diferenças substanciais entre os casos individuais. Dai o plural ‘imperialismos’ no título.

O que lhe permitiu desvincular imperialismo de capitalismo: “se os fenômenos imperialistas são tão remotos, mas possuem um elemento comum, o capitalismo não pode, de forma alguma, ser a causa do imperialismo, pois eles tem definições diferentes” de forma que, de acordo com Schumpeter, a raiz mais fundamental do imperialismo é a organização central do povo voltada para guerra. Deste modo só existe imperialismo forte em uma sociedade onde a “nação é guerreira” muito mais suscetíveis ao imperialismo, pois a estrutura social se orienta em torno da função militar (todas as classes politicamente importantes consideram a guerra como a principal profissão) fato que gera um modo de vida com disposições psicológicas e “formas orgânicas cristalizadas” que são predispostas ao expansionismo ilimitado. Portanto, em todos os casos, o imperialismo só é possível muito tempo depois que a organização social

cria uma máquina de guerra que, uma vez incrustada na sociedade, passa a tender à expansão como um fim em si. A respeito disso Shumpeter cita o discurso de Disraeli no Palácio de Cristal em 1870 como a marca do imperialismo agressivo, que criava aparatos governamentais civilizatórios, com o objetivo de “defender a Índia das tribos locais”, demonstrando que ele acreditava que o imperialismo foi um processo psicológico de agressividade, que não tinha nada à dever ao capitalismo. O que nos deixa concluir que, para ele, a propensão ao imperialismo não pode ser explicada apenas por interesses materiais ou econômicos.

Já Hannah Arendt(2004) em seu livro “Origens do Totalitarismo” vai teorizar de forma contrária à Shumpeter, delegando uma carga diferenciada ao imperialismo, ao afirmar que, este era um movimento intraeuropeu que foi resultado da emancipação da burguesia, pois para ela, a classe dos burgueses se desenvolveu dentro das nações-estado e oferecia grandes restrições ao crescimento econômico e por isso iniciou-se um período de luta pelo poder entre a burguesia e o Estado. Dando um norte para os caçadores de fortunas do império que saíram pelo mundo fazendo seus escravos assalariados e nada mais do que isso. Mostrando assim que, a lógica que move o Imperialismo é essencialmente a econômica, já que o que se procura é o crescimento industrial e do comércio, e por isso ele só é almejado quando a classe capitalista começa a ser rejeitada dentro do próprio território nacional. É importante destacar que o cerne dos argumentos de Arendt coincide com aqueles autores clássicos sobre Imperialismo, tais como Hobson, Luxemburgo e Lenin, a evidenciar que: que a expansão imperialista tem como causa a crise econômica decorrente da produção, e não a missão civilizacional cristã. Evidenciando que na origem da política imperialista há uma aliança entre o capital e a ralé. No caso britânico sempre houve um elemento compensando as partes envolvidas intrínsecas entre a política doméstica e os métodos colonialistas brutais, dos quais, entre tantos, os indianos experimentaram na pele. Seguindo esta teoria, é inegável, como afirma, (HOBSBAWN, 1998, p.92) que o imperialismo foi, sem dúvida, o mais significativo para o final do século XIX.

O imperialismo consistiu no ponto de partida de análises mais amplas, pois não há dúvida de que a palavra “imperialismo” passou a fazer parte do vocabulário político e jornalístico dos anos 1890, no decorrer das discussões sobre a conquista colonial, [...] Eis por que são inúteis as referências às antigas formas de expansão política e militar em que o termo é baseado. Os imperadores e impérios eram antigos, mas o imperialismo era novíssimo.

Por conseguinte, as suas garras atingiram todo o mundo da época, lançando seu domínio desde América do Sul até a Oceania. Entre seus teóricos, no entanto, existe uma dicotomia quanto as bases que o permitiram e o perpetuaram. Na Índia, sobretudo, existe um debate que se depara com duras questões sobre as prerrogativas que o permitiram funcionar de forma coesa durante quase três séculos.

## 5.2- RACISMO NA ÍNDIA IMPERIAL

O debate acerca das formas de discriminação que ocorrem no mundo são de extrema importância, desta forma, dado o valor intrínseco da história da civilização indiana no contexto deste trabalho, seria deveras importante a reflexão dos contextos históricos que levaram e levam a discriminação de cor, raça e casta na Índia. Buscarei mostrar como contextos históricos e políticos influenciaram na formação de teorias a respeito da situação discriminatória; O ponto de partida para minha reflexão sobre cor, raça e casta na Índia são duas situações: Primeiramente, a relação interna do povo indiano à respeito das questões de raça, e os acontecimentos sociais durante o imperialismo britânico na Índia.

As questões acerca da “casta-cor-raça” tem uma longa e complexa história, da qual é de extrema importância destacar os debates que a rodeiam. Há certo consenso entre os pesquisadores de que os textos bramânicos fundacionais, como o Rig Veda (escrito provavelmente entre 1.700 e 1.100 a.C.), fixaram uma diferenciação social fundamental, de onde os quatro Varnas, teriam surgido a partir de uma espécie de “ser originário” sacrificado pelos deuses para poder criar o Universo. Da sua cabeça teriam surgido os brâmanes ou sacerdotes; dos braços, os xátrias (reis e guerreiros); das coxas, os vaixás (comerciantes e proprietários de terra); e dos seus pés, os sudras, carregados pelo seu ofício como serviçais, artesãos e trabalhadores. Os três primeiras eram considerados como sendo superiores e puros, dos quais era permitido participar dos rituais védicos; já os sudras, vistos como impuros, eram excluídos dos ritos e os dalits nem existiam. Para o autor indiano (OMVEDT, 2003, p. 2), “Estas noções antigas dos Varnas não correspondiam à descrição da sociedade tal como ela funcionava, mas constituíam uma projeção de sociedade ideal tal como desejada pelos brâmanes, a qual, competiu, durante séculos, com outros projetos sociais”. Inclusive quanto à isto é possível encontrar referências claras que estipulam uma importância das cores mais claras no Rig Veda, que sinaliza em suas páginas um simbolismo que valoriza a branquitude e deprecia a cor negra, com objetivo exemplificar a luta entre o bem e o mal.

Num texto dedicado à análise dos debates em torno da Conferência de Durban, o sociólogo Gupta avalia que a referência à cor clara (branca) nos textos védicos pode ser um indício de que os arianos entendiam a si mesmos como “portadores de luz” ansiosos por expulsar “a escuridão e a ignorância” que, na sua perspectiva, imperava na época pré-ariana. Além disso, aponta ainda para outra acepção de varna enquanto “ordem” para, argumentar que as cores das bandeiras que representavam os quatro varnas espalhavam as diferentes fases do percurso do sol: o vermelho associado aos xátrias indicaria o nascer do sol; o branco dos



brâmanes, o sol ao meio-dia; o amarelo dos vaixás, o sol ao leste; e, finalmente, o azul dos sudras, o pôr do sol (GUPTA, 2013, p. 71, 72).

Como outro sinal de uma preferência por pele clara poderíamos citar o enorme sucesso que cremes branqueadores vêm fazendo na última década. “Branqueador, iluminador, alvejante, clareador” são as qualidades atribuídas a esses cremes propagados por estrelas da indústria do cinema indiana, Bollywood, cuja performance nos comerciais insinua uma correlação entre o uso do produto e o sucesso em relações amorosas e no trabalho. No ano de 2010, a BBC publicou um artigo informando que o mercado desses produtos tinha crescido 18% ao ano e superado, em muito, o consumo de Coca-Cola e o de chá (BBC, 2010). O que denuncia a eloquência que a teoria de raça já tem dentro da cultura indiana, bem como nos dá a dica do que a influência britânica foi capaz.

No século XVIII, o movimento orientalista na Índia estava em seu auge. Advindo deste fato, Max Müller, teórico da raça ariana na Índia (1823-1900), providenciou, com a ajuda financeira da East India Company (entre 1849 e 1874), a tradução do Rig Veda, que deu a ele um certo acesso aos fundamentos não apenas da teologia do povo hinduísta. O que lhe fez entender que o tanto o cristianismo seria a forma de religião mais desenvolvida, visto que para ele, os arianos eram gente branca e civilizada que, num determinado momento da história, dividiu-se em dois ramos. Um, descrito como mais ativo e combativo, migrou para a Europa, onde teria criado também a ideia de nação; os arianos do sul, mais passivos e meditativos, teriam migrado para o Irã e para a Índia, onde se defrontaram com uma população de cor de pele escura (*dasyus*) que acabaria sendo subjugada pelo povo mais avançado em termos civilizatórios. As suas teorias subsequentes apontaram para uma proximidade, entre hindus (indianos) e britânicos (europeus), como um povo com sangue do mesmo sangue, ao mesmo tempo, que declarava que eles eram uma civilização atrasada, o que acabou dando legitimidade para um discurso que permitia justificar o projeto colonizador britânico na região caracterizadas em uma de suas análises:

É curioso vermos como os descendentes ingleses da mesma raça ariana, à qual os primeiros conquistadores e senhores da Índia pertenciam, voltam, depois de terem levado a cabo o desenvolvimento nórdico da raça jafetita, à sua terra primordial para cumprir o trabalho glorioso da civilização que seus irmãos arianos tinham deixado inacabado.[...] nem a sangue, nem ossos ou cabelo ou crânios; refiro-me simplesmente àqueles que falam uma língua ariana. A mesma coisa se aplica aos hindus, gregos, romanos, germânicos, celtas e eslavos. Quando falo deles, refiro-me a características não anatômicas. Os escandinavos de olhos azuis e cabelo claro podem ter sido conquistadores ou conquistados, eles podem ter adotado a língua de seus senhores escuros ou de seus súditos ou vice-versa [...] falo de nada além de suas línguas quando os chamo de hindus, gregos, romanos, germânicos, celtas e eslavos; e neste sentido e apenas neste sentido digo que até o hindu mais preto representa um estágio da fala e do pensamento arianos mais antigo do que os escandinavos mais claros. [...] Para mim, um etnólogo que fala da raça, do sangue, dos olhos e cabelo arianos é um pecador tão grande quanto um linguista que fala de um dicionário dolicocefálico. (MULLER 1946, p. 248)

O que nos dá base para constatar que os pensamentos de Müller não refletiram as teses do determinismo biológico de raça “pura” que guiariam as explicações de outros cientistas. No entanto, suas conclusões sobre a relação entre língua, religião e civilização evidenciam em diversos momentos que as suas reflexões cedem lugar a ideias da biologia, que legitimou crenças terríveis e dando uma certa “permissão para o que ocorreria nos próximos anos da história da Índia, já que suas teses tiveram uma repercussão substancial entre cientistas os políticos britânicos no desenvolvimento de uma consciência nacionalista que de acordo com a antropóloga indiana Carol Upadhyay, (UPADHYA, 2002 p.34-5), que defendeu: “enquanto a teoria ariana emergiu do orientalismo, sua disseminação e sucesso ao colonizar a consciência da classe média instruída podem ser atribuídos à sua apropriação por parte da ideologia nacionalista” O que garantiu aos europeus, que a raça indiana podia ser ajustada, segundo o argumento de “uma nação indiana” atemporal iria surgir.

O que deu os contornos para a teoria colonialista, que foi entendida pelos pesquisadores como um processo que contribuiu para remodelar a sociedade das hindu. Teoria está que é impermeabilizada de divergências visto que, a polarização no debate se dá entre por conta da narrativa que preconiza que a sociedade de castas que permitiram a continuidade do racismo dentro da Índia. À respeito do exposto. Nicholas Dirks tenta mostrar que, na Índia pré-colonial, havia uma pluralidade de identidades sociais que se devia as à intervenção colonial britânica na região:

Comunidades de templos, grupos territoriais, segmentos de linhagens, unidades familiares, cortejos reais, subcastas de guerreiros, “pequenos” reinos, grupos ocupacionais de referência, associações agrícolas ou comerciais, redes de devoção e comunidades sectárias, inclusive sociedades cabalísticas sacerdotais, eram apenas algumas das unidades significativas de identificação, todas elas em diversos momentos muito mais importantes que qualquer metonímia uniforme de agrupamentos de “casta” endogâmicos. Casta foi apenas uma categoria entre muitas outras[...] O colonialismo produziu na Índia novas formas de sociedade que têm sido vistas como tradicionais; a própria casta como a conhecemos hoje não é uma sobrevivência residual de uma Índia antiga, mas uma forma especificamente colonial da sociedade civil que tanto justificou quanto deu suporte a uma visão orientalista.(DIRKS 2002, p. 13-15)

O que atesta que, segundo estes estudiosos denominados Orientalistas por Said, os ingleses são melhores porque têm uma religião superior à dos indiano, resultado da civilização ocidental que era mais nobre do que a Oriental. De forma que por causa disso eles tinham como missão “civilizar” o homem “incivilizado”. Sendo que, o grande problema desta visão é que ela não considerava que os indianos viviam em uma civilização prospera muito antes da chegada dos europeus, e por isso, eles se revoltaram. Nesta época, os britânicos queriam, apresentar uma certa harmonia, de forma que isso atestasse que eles dominavam a cultura, de forma que podemos ver claramente uma ideia de construção de uma cultura preconceituosa.

Para elucidar esta relação, (SAID, 2011, p.218) que, que o romance teve um papel central para o entendimento do que foi esta relação entre cultura e imperialismo, pois a partir deste conseguimos ver claramente as representações que deram cabo para a construção desta relação. Se atentando ao papel da história do cotidiano, a fim de entender como se deu o processo histórico, o romance é a forma literária mais datável pela história destas relações, a concluir que, o imperialismo e o romance se fortaleciam reciprocamente”. O que nos ajuda à entender como se deu o mecanismo que atestou a economia, já que estas relações seriam impossíveis, sem uma relação de contato maior. De forma que o romance se tornou um elemento fundamental neste processo de entendimento do mundo indiano. Que foi representado na Índia por Kuyard Kipling, que é um autor anglo-indiano, nascido em 1865, na cidade de Bombaim, na antiga Índia Britânica, porém ele só viveu até os seis anos de idade na Índia indo morar na Inglaterra. No entanto sua relação com a Índia jamais seria esquecida, ao passo que em seu livro sobre o jovem *Kim*, ele descreve muitas das injustiças que ocorreram entre os ingleses e britânicos.

O enredo desta história, se passa no meio de uma grande viagem onde Kim O'Hara e o lama Teshoo saem pela Índia à procura do Rio da Flecha, que segundo o lama é um rio que liberta as pessoas da Roda da Vida, lava e purifica os pecados (tal como o rio Ganges) e segundo a lenda, teria surgido quando Buda lançou uma flecha de um arco invergável. Essa flecha voou além do horizonte e formou um córrego sagrado. Kim é filho de um antigo sargento do exército indiano, e cresceu como um nativo livre pelas ruas de Lahore, e que no entanto ao encontrar com o lama, se torna seu chela ou discípulo. Durante sua busca com o lama, encontra o antigo regimento de seu pai e é mandado pelos comandantes a uma escola inglesa na Índia, a São Xavier, que lhe proporcionaria uma verdadeira educação de sahib (forma de tratamento que os nativos usam ao se referirem a um inglês). Isto lhe proporciona uma aprovação e conseqüentemente um cargo de etnógrafo, que ao terminar, volta a viajar pela Índia. Porém, enquanto o jovem peregrina, o país lhe concede outra missão, dessa vez a serviço do império britânico, Kim precisa investigar dois agentes do serviço russo que planejam insuflar uma insurreição ao norte da Índia, com colaboração de um rajá das montanhas. Ao final da história, o lama encontra seu rio, purifica sua alma e transcende a existência conectando-se à Grande Alma através da meditação, mas volta à vida corpórea para conduzir seu amado chela ao caminho da iluminação, pois ele entende que sem Kim nunca teria encontrado seu rio. Kim, por sua vez, volta ao Grande Jogo, e ingressa no serviço colonial inglês por tempo integral tendo como consequência o fim da história.

Está história contém muitos ensinamentos, é uma chave mestra para entender o Imperialismo Britânico na Índia. Em suas passagens a história de Kim nos ensina, a entender como se passaram esta relação entre o homem branco e oriental, ainda como destaca (SAID, 2011, p. 218-219), a Índia é repleta de uma mistura de muitos povos, etnias e castas, assim, diferentes concepções de mundo são apresentadas durante toda a obra. A escolha por personagens tão diferentes demonstra isso: Kim é um misto irlandês/indiano, o Lama Teshoo um budista do Tibete, Coronel Creighton um inglês racional, Mahbub Ali um muçulmano iraquiano da etnia dos patane, Babu é um bengali, assim como muitos outros personagens apresentados na obra que mostra a diversidade e verdadeiro multiculturalismo de etnias e culturas. De certo que as histórias incomodariam qualquer um dos contemporâneos conscientes, vistos que, quando nos deparamos com os diálogos entre indianos e britânicos se materializa no descaso latente com que os britânicos tratavam os indianos. Como exemplo podemos citar alguns destes diálogos: (KIPLING, 2014, p. 20). “Todas as 24 horas do dia eram parecidas para os orientais, e o tráfego de passageiros era ditado por essa visão [...] mentirosos!! sabia mentir como um oriental [...]” (KIPLING, 2014, p. 21) - “[...] os asiáticos nem piscam quando enganam um inimigo, [...] mentirosos!! sabia mentir como um oriental [...]” “[...] A Índia é uma terra selvagem para os tementes a Deus [...]” (KIPLING, 2014, p. 81). “Estavam acostumados a percorrer, sozinhos, 160 quilômetros de selva, onde sempre havia a maravilhosa chance de se atrasarem por causa dos tigres.” (KIPLING, 2014, p. 74) O que deixa clara a aversão dos britânicos em relação aos indianos. Da mesma forma que os indianos também passaram à ter esta aversão, como podemos destacar: (KIPLING 214, apud SAID 2011, p. 266); sim, os ingleses andam por onde querem e fazem aquilo que bem entendem. Kipling, faz do império o tema central de sua obra. “Eles levaram para uma audiência doméstica, basicamente insular e provinciana, o colorido, o glamour e o romantismo do empreendimento ultramarino britânico.

De forma que a obra de Kipling mostra os nativos também como passivos e frequentemente como admiradores do Império Britânico. Temos o exemplo de Babu, personagem bengali que era admirador dos britânicos sonhando constantemente em ser do exercito. Seu trabalho, assegura ele é “[...] coletar relatos folclóricos para a Real Sociedade [...]” (KIPLING 2014, apud SAID 2011, p.240). Integrar tão honrado serviço [...] era uma honraria que sabia poder ser obtida apenas por meio da engenhosidade e de amigos bem-relacionados, mas, até onde sabia, nada além do trabalho, os papéis que representavam uma vida de empenho, permitia a entrada de um homem no Serviço Topográfico que ele bombardeara por anos com relatórios sobre cultos estranhos e costumes asiáticos

desconhecidos. (KIPLING, 2014, p. 144). Visto isso, o objetivo que o livro trabalha se estabelece de uma noção que queria formular quem era o homem oriental, sobretudo em sua essência, para legitimar uma dominação sobre o povo. É claro que Kipling não é o criador desse discurso, mas a cultura europeia oitocentista havia criado um discurso inegável acerca da superioridade dos ocidentais contra os orientais, colocando em conjunção também uma ideia de inferioridade da raça branca sobre as “impuras”. Como sintetiza Said, através da leitura do livro: *“Propaganda and empire de John MacKenzie”* os veículos da imprensa da época já haviam destilado um discurso onde os povos asiáticos eram inferiores e portanto se tinha um dever moral e econômico de civilizar estes povos. Narrativa esta que foi posta a mesa em vários discursos dos administradores coloniais britânicos, como é o caso de Lorde Cromer, (CROMER, 1986, p. 72 apud SAID, 2011, p. 247), que diz;

o clima e a geografia determinavam certos traços de caráter do indiano; [...] os orientais não conseguiram aprender a andar nas calçadas, não sabiam dizer a verdade, não eram capazes de usar a lógica; o nativo da Malásia era essencialmente preguiçoso, assim como o europeu setentrional era essencialmente ativo e cheio de iniciativa.

O que torna imprescindível que haja uma reflexão mais profunda, acerca das análises a respeito de racismo e raça (ou de castismo e casta), e os modelos que legitimaram isto. Sendo importante destacar que os questionamentos acerca do assunto não são um fácil diálogo até hoje. Na Índia, para o bem ou para o mal, está questão ganha contornos diferentes, visto que as desigualdades lá são vivenciadas, construídas, questionadas (ou até negadas) pela própria sociedade que é estruturada de forma única. É inegável no entanto que houveram marcas do colonialismo que assombram este povo até hoje. Como afirma (SAID 2011, p.222)

Cada um desses seres subalternos era classificado e situado num esquema geral dos povos cientificamente garantido por sábios e estudiosos, como George Cuvier, Charles Darwin e Robert Know. A divisão entre brancos e não brancos, na Índia e em outros lugares, era de caráter absoluto.

### 5.3 - A NATUREZA CULTURAL DO IMPÉRIO À LUZ DOS ESTUDOS SUBALTERNOS

Entre os anos oitenta da nossa metrópole ocidental e moderna, a crítica a respeito do pós colonialismo ganhou amplitude em diversas partes do mundo, sobretudo nas academias norte-americanas, europeias e indianas. Esta crítica que é relativamente recente, tem como objetivo colocar em conjunto o orientalismo e a agência eurocêntrica; de forma que os Estudos Subalternos surgem como um porta voz de questões como o feminismo, o pós-ocidentalismo, as teorias do sistema mundial. Tendo origens comuns atribuíveis a esta crítica pós-colonial, os estudos subalternos ligam o argumento colonial econômico à teoria do multiculturalismo e a história do cotidiano. É certo no entanto que os Estudos Subalternos representam uma onda de reflexões e revisões coloniais e anticoloniais, (em última análise imperialistas) tomou conta da

mente dos pensadores ocidentais, enfrentando sobretudo, a metáfora de Gramsci, para encarar de frente não apenas o governo colonial economicamente, mas toda a complexidade de uma influência de culturas e até mesmo de raças. Naturalmente em todo mundo oriental, o século XX foi marcado por uma grande resistência nacionalista, que lutou por anos e em alguns casos séculos pela sua liberdade. Quando somos colocados de frente a esta situação, a primeira pergunta que nós fazemos é: O que ocorreu para que este povo se revoltasse de tal forma? Evidentemente que existem muitos motivos, e é importante se atentar a eles pra que exista uma análise séria acerca do assunto.

De forma geral, sobre a perspectiva do imperialismo na Índia, existem dois tipos de pensadores: Os primeiros, costumam atribuir uma argumentativa defensora do imperialismo como um modelo de apenas econômico. E o segundo tipo desenvolveu uma linha de pensamento em que o imperialismo teria uma essência tanto econômica como cultural e portanto civilizatória. Esse debate de certo, prossegue até hoje entre os historiadores de todo o mundo. Do qual o crítico literário, Edward Said seria um dos luminares, pois, ele lançou uma grande crítica à todos historiadores modernos que tinham um certo temor com a temática desta história. A partir da sua influência direta e indireta de Said, outros autores do mundo contemporâneo, como os indianos Homi Bhabha, Bruitt, Nehru e Panikkar, ganharam legitimidade e reconhecimento internacional, enquanto autores pós-coloniais. Como exemplo, o sociólogo brasileiro (COSTA 2006, p.130), analisa que a crítica pós-colonial, preconiza suas bases em duas vertentes principais, e ao fazer uma crítica à visão eurocêntrica buscam essencialmente um lugar de comum no entremeio das culturais visto que é impossível atribuir as ambições do colonialismo como sendo apenas econômicas.

De outro ponto de vista, outros autores herdeiros da luta das descolonizações africanas e asiáticas, aderem de forma nata a perspectivas pós-coloniais contemporâneas, pois o estudo do colonialismo, dá vida ao estudo da experiência histórica das classes subalternas dos países do Terceiro Mundo, que são a realidade deles. Neste caso, deu-se uma orientação que levou vários autores pós-coloniais a uma aproximação teórica com o marxismo ocidental. Em particular, conforme preconizado por Antônio Gramsci e pela historiografia social inglesa de Eric Hobsbawm, Dipesh Chakrabarty, Cristopher Hill e Rodney Hilton. Na Índia isso se aplica em várias de forma crucial, já que estes autores viverão esta realidade na pele, e ainda sentem os resquícios dos acontecimentos, por ocasionalidade dos períodos que ainda são recentes.

É certo que, quando empregamos o termo cultura, segundo (SAID 2011, p.44), ele significa duas coisas em particular: Primeiro cultura designa todas aquelas práticas, como as

artes de descrição, comunicação e representação, que tem relativa autonomia perante aos campos econômico, social e político e que, amiúde existem sobre formas da vivência do povo. Incluem-se aí naturalmente, tanto o saber popular sobre partes distantes do mundo, quanto o conhecimento de disciplinas como etnografia, a historiografia, filosofia, a sociologia e a história literária. Colocando como enfoque o Império britânico na Índia do século XIX, buscamos tratar de diversos tipos de formas culturais, como: os costumes e a religião que foram de grande importância na formação das atitudes, referências e experiências imperiais. Essa tese, para muitos autores tradicionais é considerada uma antítese bem radical, já que, o imperialismo britânico na Índia, teria deixado “a política do povo” em favor das elites nacionais. Advindo do que foi exposto até o seguinte momento, é importante discutir os processos que nortearam a história entre Britânicos e Indianos já que existe uma dicotomia latente do que foi de fato esse processo.

Nesta perspectiva, concluíram-se obras com o objetivo de desvelar a realidade do fenômeno subalterno, em forma de uma nova historiografia, que rompesse com os paradigmas eurocêntricos da historiografia tradicional indiana de cunho modernista: nacionalista ou colonialista. A obra de Ranajit Guha, publicado em 1983, se utiliza de uma visão dos estudos Subalternos próxima ao marxismo ocidental, para justificar, teoricamente, os conflitos com eurocêntrismo e os regimes de poder da historiografia elitista: fosse ela colonialista ou nacionalista. Com isto, (GUHA, 2013) não pretendia negar a importância da expansão do capitalismo enquanto força estruturadora da realidade local, mas focar as particularidades desta expansão como reprodutora de formas de poder diferenciadas das existentes na história europeia. Entre estas diferenças, á destaque na forma de dominação do Estado Colonial na Índia, que, ao contrário do que ocorreu na Europa, na Índia teria existido como uma dominação através dos aparatos de repressão aos povos mais pobres, em especial os pequenos produtores.

Os autores que defendem que o imperialismo teve um teor cultural, seguem a linha de que imperialismo britânico na Índia se deu de forma completamente invasiva e rude, como na obra de (PANIKKAR 1992, p.105) o historiador asiático que estudou os 450 anos de atividade europeia na Ásia, em sua obra “A dominação ocidental na Ásia”, defende que, em 50 anos, a Inglaterra adquiriu um poderio militar e político sobre a Índia dos quais usufruiu de fatores políticos, econômicos e sociais de uma empreitada bem radical. (BRUIT, 1994) assim como Panikkar, demonstra que o império inglês na Ásia consolidou-se graças às atividades exercidas pela Companhia das Índias Orientais. O aumento do conhecimento da vida dos hindus despertava o interesse e a admiração de uma velha cultura, por um lado e, por outro, uma

relutância e desprezo a essa cultura quando se deparavam com algumas práticas políticas, práticas sócio-religiosas como as dissensões religiosas e o sistema de castas. Essa realidade gerava um enorme desprezo pelos ocidentais, permitindo que os especializados em assuntos indianos na Inglaterra teorizassem sobre esse chamados problemas indianos e lhes garantissem a idéia de dominar para educa-los e liberta-los dessa condição, como foi visto durante o governo de William Bentricks, e contribuiu para o que (SAID, 1993) denomina de Orientalismo. Essa cultura eurocêntrica, acumulou experiências, territórios, povos e histórias, classificando com o objetivo de minar as suas identidades, mesclando sua cultura com contornos de uma Europa branca e cristã, que aconteceu desde os moldes do período colonial, onde os governadores (Robert Clive e Warren Hastings) “pilharam” os recursos de impostos de milhões de indianos, que naquele tempo enfrentaram um dos piores períodos de fome da história de toda a Índia. Além de que, eles estabeleceram reformas que minaram os costumes indianos e retirava deles a soberania. Ademais, o processo foi se aprofundando a partir de 1818 e efetuada em 1858, onde ingleses enviaram cada vez mais funcionários para a Índia, o que acabou modificando o sistema econômico hindu firmado na produção de algodão, agora nas mãos inglesas. Por outro lado houve algumas melhoras nos transportes com as estradas de rodagem e de ferro, mas os projetos de irrigação não melhoraram a vida dos camponeses, ao contrário, eles ficaram cada vez mais endividados.

Muitos hindus foram tomando consciência da dominação, principalmente teóricos e intelectuais, como, por exemplo, o historiador indiano Dutt que conforme (MEGRAVIS, 1994, p.4), denuncia criteriosamente os dados sobre a fome durante o período de dominação inglesa na Índia. Havia incompreensões e tensões entre indianos e ingleses, desprezo inglês por um lado, e inconformismo hindu por outro. Em 1858, segundo (BRUIT 1994, p 14)

O governo despótico, o banditismo administrativo e a exploração sem limites originara a primeira grande rebelião hindu, a Guerra dos Sipaio, que foi o pretexto para o governo inglês tomar em mãos o governo da colônia. O retorno da Europa dos filhos das famílias hindus ricas, os problemas sociais da Europa e a ação administrativa colonial e o desprezo contra o colonizador deram início a resistência.

Por conseguinte disto, não seria errôneo afirmar que a postura inglesa diante do povo indiano foi também baseada em uma política que tinha um viés de superioridade como civilização, contendo o direito de subjugar os povos incivilizados. Como afirma (SAID 2011, p.249) durante a administração de Bentricks como governador geral, baseando-se em princípios utilitaristas e orientalistas de governar o maior número de indianos, com o máximo proveito tanto para os indianos quanto para os ingleses, porém sempre protegido pelo fato imutável da autoridade imperial britânica, que colocava o governador a parte dos seres humanos comuns



para as quais questões de certo e errado, virtude e agravo possui importância, impacto emocional.

Enquanto isso, podemos observar que a crítica teórica contrária, advém de uma linha parecida, que se estabelece de uma noção recortada sobretudo das revoltas “pré-imperialistas” trabalhadas por exemplo por E. Hobsbawm, que construiu uma hermenêutica própria das práxis rebeldes, que examina as relações dos subalternos com as elites; deles entre si; e as possíveis estruturas do imaginário coletivo destas revoltas. No entanto, até então sem fazer uma leitura das relações entre as classes subalternas e a cultura já que o material da época não permitia tal feito. Em sua análise, (HOBSBAWN, 2007) relata que “os ingleses fracassaram na tentativa de ocidentalização dos indianos, pois eles já eram um povo que se dominava muito bem à muito tempo. Ao passo que a “função” não era a de competir com o capitalismo inglês. Além do mais, havia riscos políticos na tentativa de interferência em práticas populares, porque as diferenças entre os hábitos ingleses e os de aproximadamente 190 milhões de indianos pareciam ser tão grandes a ponto de serem virtualmente insuperáveis, pelo menos por parte do pequeno número de administradores ingleses” relatando também que “[...] Uma pequena elite anglicizada emergiu às vezes tão distante das massas indianas a ponto de perder influência em sua própria língua vernacular ou de anglicizar os próprios nomes, embora nem o mais assimilado dos indianos viesse a ser tratado como inglês pelos ingleses”.

Também seria matéria desta crítica o historiador Dipesh Chakrabarty, em “Provincializando a Europa” e “Habitações da modernidade” onde o autor analisa que os estudos subalternos e o pós-colonialistas ainda não teriam atingido a maturidade concreta diante dos fatos sociais, das quais a ciência social teria pouco a dizer, em relação às práticas culturais. (CHAKRABARTY 2000, p.32) defende que:

“A superação deste equívoco deveria propiciar um olhar científico que reconhecesse a importância destes fenômenos sociais não modernos, ainda que atualmente inexplicáveis à teorização. Dever-se-ia, pois, dar-lhes vez e voz, independente de sua existência aparentemente incompreensível.”

Ao utilizar este argumento, o historiador só quer defender a necessidade de uma visão teórica que vise provincializar a Europa, se referindo a um projeto que desvele os problemas do meio social e dando uma verdadeira vida para “Europa” (enquanto local da racionalidade, ciência, modernidade, etc.) que colonizaria o mundo de todos, pois para (CHAKRABARTY 2002, p.9) este projeto complementaria a perspectiva tradicional da Escola Subalterna, tornando possível entender a subalternidade como um caso de reconstrução das diferenças existências na história, ainda que contemporaneamente não seja possível ver esta realidade se cumprir. Sua

posição, neste sentido, não nega a cientificidade das ciências humanas, mas defende um caráter de incompletude das fontes. Apesar da diferença nas abordagens, há de se destacar um objetivo comum entre os autores, que é a tentativa de estabelecer uma epistemologia pós-colonial ao paradigma eurocêntrico. Evidentemente que os trabalhos da crítica pós-colonial indiana têm sido fundamentais na busca em entender a relações da subalternidade como fenômeno de reescritura da história. Este estudo com certeza merece uma análise pormenorizada, visto que este assunto se encontra completamente atual em todo o mundo e a sua herança intelectual traz legitimidade histórica às formulações atuais de visões de mundo, supostamente alternativas às de origem ocidental.

Outra razão para o entendimento do trabalho seria a posição privilegiada que o hinduísmo segue tendo na Índia contemporânea, apesar do avanço na difusão do cristianismo e do islamismo. Isso porque, o hinduísmo possui uma cosmovisão diferenciada de tais religiões, com uma explicação própria, de origem milenar, acerca do conteúdo essencial das relações entre os homens e a natureza. Com isto, não se está afirmando uma relação direta entre cultura e imperialismo, mas sim trazendo à tona todos os processos que trazem à Índia até os dias de hoje como um país que tem suas marcas, mas mesmo assim permanece forte. Para o bem ou para o mal, a presença britânica na Índia deixou marcas repletas de contradições e que ainda são uma característica da Índia moderna que carrega muitos contrastes sociais. Nos dias de hoje, a Índia chama a atenção tanto pelo que possui de tradicional, de milenar, quanto pelo que possui de moderno, de dinâmico. Ao mesmo tempo em que enfrenta problemas socioeconômicos graves (fome, miséria, superpopulação, conflitos étnicos e religiosos, concentração de renda, crescimento urbano desordenado...) Sendo atualmente, segundo o último senso, o país mais populoso do Mundo. Ela ainda se mantém como uma das principais economias emergentes que exporta programas de computadores para empresas do mundo inteiro, e seria matéria pra outra tese a influência empresarial que a Inglaterra gerou sobre a Índia. É evidente que a preservação do hinduísmo como sendo a principal base da cultura indiana, no passado e no presente, ainda garante suas bases na Índia mesmo tendo passado milhões de séculos. Como a escritora indiana Gita Mehta conta em sua coleção de ensaios “Snakes and Ladders” (Cobras e escadas) sobre a qualidade da cultura indiana :

Existem dois homens que eram considerados os mais sagrados da Índia, um chamado Diamante Duro Ascético e o outro, Campo de Experiência. O Diamante Duro Ascético desafiou seu rival para um duelo, para provar que ele era o mais sagrado dos dois. Ele havia endurecido tanto, por meio de incontáveis austeridades, que ele disse que uma pessoa poderia atacá-lo com uma espada de aço. E de fato, a espada ricocheteou nele. Quando enfrentou a espada de Campo da Experiência, ela simplesmente penetrou de tal maneira que o Ascético teve de admitir que o outro homem era o mais sagrado. O Campo da Experiência, é a Índia: parece que não oferece nenhuma resistência e, ainda assim é invencível. Outras sociedades tradicionais como a China, a Birmânia e a Arábia Saudita

preservaram-se afastando do mundo exterior, mas certamente serão mais vulneráveis quando começarem a se abrir pra ele. A Índia é uma sociedade amplamente aberta, por intermédio dos muitos exércitos que a invadiram e, ainda assim permanece extraordinariamente original e intacta.

Isto mostra que, as relações entre Imperialismo e Cultura, sem dúvidas são uma importante fonte histórica para a produção de conhecimentos. Apesar de todo o ocorrido, as duas nações tiveram a capacidade de ter certa relação de entendimento pois ambas tem muito a oferecer. De certo que, na luta pela igualdade, infelizmente a ética entre o Ocidente e o Oriente foi plenamente violada pelas obras de uma opressão que chegou nos moldes do homem europeu e este deve consertar seus erros. É importante, no entanto, nós lembrar que a sabedoria oriental é um chamado para a resiliência. Segundo as tradições Indianas, não existe outro conhecimento à não ser o de seus mestres e textos em sânscrito, já para os homens ocidentais, as ciências são base dos conhecimentos. O que tiramos disto é que, para o ser humano é impossível entender a totalidade, de modo que temos que fazer os melhores dos nossos esforços para compreender uma parte da vida. As ciências são uma parte da compreensão, a sabedoria das filosofias da Índia são outra. Estas duas margens não se encontram, mas são dois aspectos da vida que tem sua beleza e merecem ser contados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como pudemos ver, a Índia antiga é um manancial precioso de sobreposições de culturas, ela por si só foi abrigo para muitos povos, e carrega em si, boa parte do passado da humanidade. Nela encontramos um paradoxo: mesmo tendo registrado pouco de sua história de forma datada e cronológica, ela ainda sim conseguiu se manter em suas crenças e religiosidade que são de uma eterna riqueza. Doravante disto, quando os britânicos chegam na Índia, a situação é sobreposta sobre diferenciação de regiões que circunstancialmente estavam sempre em guerra, confirmando o que Schumpeter afirma quando escreve que o imperialismo é um fenômeno que se desenrola na história por conta de guerras internas, onde o nativo precisa de ajuda e é “agraciado” pela disposição do povo que está disposto à ajudar. Sistematizando aqui o caso da Índia que no começo era amigável ao povo europeu, porque este estava os ajudando à trazer paz e segurança dentro da sociedade.

No entanto o que podemos constatar é que, a relação estabelecida entre eles ao longo do tempo foi se modificando de forma bem difícil, e ao longo dos anos continuou marcada por momentos de conflito graves, que seriam alternados por poucos momentos de calma. A sociedade britânica, como já mencionado, sofreu invasões de outros povos e reinos, mas é fato que nada foi parecido com o que a expansão britânica havia para o povo indiano. A sua economia que era baseada em agricultura e manufatura foi interrompida através de medidas

comerciais, fiscais e de comércio internacional europeu que começou desde então à subjugar o povo, que jamais havia acordado as medidas suplantadas. Para (NEHRU1994), primeiro os britânicos levaram ao colapso muitos tecelões e artesãos de Bengala e Bihar, depois com sua expansão pela Índia e a construção das ferrovias, espalharam o colapso por toda a Índia. De modo que é inconsistente dizer que a dominação inglesa foi algo tranquilo. Ainda segundo os relatos, durante o período em que começou a expansão do Imperialismo, os camponeses foram expropriados e violentados, e provavelmente só resistiram aquelas exceções, que conseguiram praticar a agiotagem entre seus próprios pares, que mais tarde, ascenderem como pequenos industriais, pois muitos dos pioneiros da indústria moderna eram pequenos banqueiros. Como mencionado durante o presente trabalho, muitos também conseguiram alguma acumulação em metais no comércio com os britânicos, no entanto, as mudanças não foram somente econômicas. (CHESNEAUX, 1976; PANIKKAR, 1977)

As discussões acerca de sua influência Cultural que são o objeto do trabalho advém principalmente das medidas aplicadas durante o governo de William Bentinck, que influenciado por políticos e pensadores Jeremy Bentham(1748-1875) e James Mill (1773-1836) instituiu um processo de reforma por toda a Índia. Inspirado pela filosofia e pensamento utilitarista que afirmavam uma superioridade civilizacional sobre a Cultura Indiana. As medidas à grosso modo definiam que os indianos a partir de agora deveriam reformar as suas escolas dando uma ênfase maior da língua e literatura inglesa e as disciplinas ocidentais. O inglês deveria ser a língua oficial da corte e do governo, substituindo o uso do persa. Além disso, as classes mais subalternas, se buscou coibir a prática de autoimolação de viúvas na pira funerária (o sati) e também houve um esforço para conter os excessos da poligamia, da rigidez das castas e do casamento infantil.

Sobre o ocorrido, vários administradores ingleses estiveram envolvidos com essa dominação política, da qual se destaca Charles Trevelyan, que trabalhou no governo colonial da Índia e foi um defensor da imposição do sistema de ensino britânico aos indianos, visto que ele diz que o ensino vai “despertar os súditos coloniais para a lembrança de seu caráter inato, corrupto” (TREVELYAN, 1950, p. 55 apud VISWANATHAN, 1989, p. 132) como acreditava ser a essência indiana. Isto advoga em favor da teoria de que os ingleses estariam mostrando sua superioridade e legitimando a dominação, tomando como antídoto dos “problemas indianos” a missão de ensinar aos seres “inferiores” como serem melhores através de uma ocidentalização. Estariam assim os ingleses mostrando sua superioridade e legitimando a dominação em que a sua missão seria ensinar aos seres “inferiores” como seres melhores através

de sua ocidentalização. Como aposta Said, “No sistema pedagógico concebido para a Índia, os alunos aprendiam não só a literatura inglesa, como também a superioridade intrínseca da raça inglesa” (SAID, 2011, p. 173). As teorias difundidas a respeito da influência das reformas se contrapõem diretamente, no entanto é inegável o que os acontecimentos posteriores nos mostram sobre a administração britânica. A aplicação da “Doutrina do Lapsos” que estipulava uma medida onde os príncipes regentes indianos, perderiam legalmente o seu direito local de governar para os britânicos caso eles não apresentassem um herdeiro masculino, provocou um grande temor entre os regentes e príncipes indianos que ficaram aterrorizados com possibilidade de perda eminente da sua soberania. Segundo (UNZER 2018) as reformas utilitaristas e a difusão da doutrina do lapsos teriam provocou uma indignação muito grande por parte dos regentes e do povo indianos, o que foi um dos motivos cruciais que resultariam mais tarde no evento conhecido como a Revolução dos Cipaios.

O período da Revolta dos Cipaios marcou uma transformação da dominação britânica não só no território indiano, como em sua política colonial como um todo, pois evidenciou as necessidades de adequação das culturas e populações locais que foram dominadas pelo colonialismo; Entre os revoltosos inclusive é relatado que estavam envolvidos desde os príncipes indianos representando a elite de Brâmanes, mulçumanos e Maratas, até os soldados Cipaios que eram constituídos de classes mais subalternas da sociedade indiana, representando desde os sudras até os dalits e dando ao motim um caráter especialmente popular e hegemônico, para o período que foi um marco de grande importância na história da sociedade indiana, pois pela primeira vez o colonizado foi posto à frente de seus colonizadores como uma autopromoção de que não estavam satisfeitos com as intromissões que o governo britânico fez em seu território, infelizmente também se subjugando à barbárie quando matam as mulheres inglesas que viviam ao norte da Índia. Independente disso, aqui o indiano proclama a sua insatisfação contra as medidas que não respeitavam sua individualidade como cultura, sendo esboço do esforço de luminares na política como Marx, que escreve sua percepção acerca deste período:

Decorrente a isso, realiza-se a substituição da Companhia Britânica das Índias Orientais, com direitos de exploração pela posse efetiva de um território evidenciou a importância do controle político e militar que a nova demanda colonial do século XIX despertou nas potências europeias, já que as companhias eram recorrentemente matéria de críticas dos seus próprios conterrâneos. O que transforma a mentalidade colonial europeia, e a partir da segunda metade de século, se institui um novo sistema de dominação que pendurou até o pós-Segunda Guerra

Mundial: o Imperialismo. Na Índia “Raj Britânico”. O período que se entende como Imperialismo, como vimos. Apresentou um viés cultural ainda mais civilizatório, já que agora, no pensamento britânico, o Indiano apresentava o perigo de revolta, de forma que o seu comportamento após a revolução foi estratégico a todo momento a fim de enfraquecer cada vez mais a resistência indiana. Análogo a este período, a revolução industrial deu uma prerrogativa diferente à vida indiana, quando construiu as primeiras linhas ferroviárias em território hindu, o que fez sucesso entre os indianos que em suas literaturas mais célebres evocam que “os ingleses estão nos ajudando, eles construíram treis-is”, ao mesmo tempo, para o povo que era atento, o racismo era algo evidente no cotidiano de todos os indianos ao se relacionar com os ingleses. Ao que os historiadores do século XX vão se dedicar ao estudo da abordagem colonial do povo subalterno, que por muito tempo foi calado. À essa discussão adicionamos os autores que vão se contrapor à despeito da natureza “cultural” ou “civilizatória” do império, dos quais se destacam dois tipos de pensadores; Os primeiros, costumam atribuir uma argumentativa defensora do imperialismo como um modelo de apenas econômico. E o segundo tipo desenvolveu uma linha de pensamento em que o imperialismo teria uma essência tanto econômica como cultural e portanto civilizatória.

Portanto o que se pode concluir a despeito da análise é que, não se pode atribuir uma relação direta entre cultura e imperialismo, no entanto é necessário trazer à tona todos os processos que levaram à Índia à ser como é nos dias de hoje. Para o bem ou para o mal, a presença britânica na Índia deixou marcas repletas de contradições, que ainda são uma característica da Índia moderna que carrega muitos contrastes sociais. Nos dias de hoje, a Índia chama a atenção tanto pelo que possui de tradicional, de milenar, quanto pelo que possui de moderno, de dinâmico. Ao mesmo tempo em que enfrenta problemas socioeconômicos graves (fome, miséria, superpopulação, conflitos étnicos e religiosos expressos pelos problemas com as castas, concentração de renda, crescimento urbano expresso atualmente no ranking da ONU tendo 1,428 bilhão de habitantes como o país mais populoso do Mundo.

. É inegável ao nosso olhar que ela ainda se mantém como uma das principais economias emergentes. A Índia ainda hoje exporta programas de computadores para empresas do mundo inteiro, e seria matéria pra outra tese a influência empresarial que a Inglaterra implantou na Índia. É evidente que a preservação do hinduísmo como sendo a principal base da cultura indiana, no passado e no presente, ainda garante suas bases na Índia mesmo tendo passado milhões de séculos. Como a escritora indiana Gita Mehta conta em sua coleção de ensaios “Snakes and Ladders” (Cobras e escadas) sobre a qualidade da cultura indiana :

Existem dois homens que eram considerados os mais sagrados da Índia, um chamado Diamante Duro Ascético e o outro, Campo de Experiência. O Diamante Duro Ascético desafiou seu rival para um duelo, para provar que ele era o mais sagrado dos dois. Ele havia endurecido tanto, por meio de incontáveis austeridades, que ele disse que uma pessoa poderia atacá-lo com uma espada de aço. E de fato, a espada ricocheteou nele. Quando enfrentou a espada de Campo da Experiência, ela simplesmente penetrou de tal maneira que o Ascético teve de admitir que o outro homem era o mais sagrado. O Campo da Experiência, é a Índia: parece que não oferece nenhuma resistência e, ainda assim é invencível. Outras sociedades tradicionais como a China, a Birmânia e a Arábia Saudita preservaram-se afastando do mundo exterior, mas certamente serão mais vulneráveis quando começarem a se abrir pra ele. A Índia é uma sociedade amplamente aberta, por intermédio dos muitos exércitos que a invadiram e, ainda assim permanece extraordinariamente original e intacta.

Isso mostra que, as relações entre Imperialismo e Cultura, sem dúvidas são uma importante fonte histórica para a produção de conhecimentos. Apesar de todo o ocorrido, as duas nações tiveram a capacidade de ter certa relação de entendimento pois ambas tem muito a oferecer. De certo que, na luta pela igualdade, infelizmente a ética entre o Ocidente e o Oriente foi plenamente violada pelas obras de uma opressão que chegou nos moldes do homem europeu e este deve consertar seus erros. É importante, no entanto, nós lembrar que a sabedoria oriental é um chamado para a resiliência. Segundo as tradições Indianas, não existe outro conhecimento à não ser o de seus mestres e textos em sânscrito, já para os homens ocidentais, as ciências são base dos conhecimentos. O que tiramos disto é que, para o ser humano é impossível entender a totalidade, de modo que temos que fazer os melhores dos nossos esforços para compreender uma parte da vida. As ciências são uma parte da compreensão, a sabedoria das filosofias da Índia são outra. Estas duas margens não se encontram, mas são dois aspectos da vida que tem sua beleza e merecem ser contados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

AMSDEN, Alice H. *A difusão do desenvolvimento: o modelo de industrialização tardia e a Grande Ásia Oriental*. Revista de Economia Política, v. 12, n. 1 (45), jan.-mar. 1992.

BARNI, Zia-ud Din & AFIF, Shams-i Siraj . *Tarikh-i-Firoz Shahi*. Lahore: Sang-e-Meel Publications, 2006. p. 245.

BAYLAY, Caste, *Society and Politics in India From the Eighteenth Century to the Modern Age*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001, pp. 11, 366, 373.

BAYLY, Caste, *Society and Politics*, p. 373.

BAYLY, Caste, *Society and Politics*, p. 7.

BINDÁ, Thirza Maria Bezerra. “Intuição da História de um Educandário Cearense na Belle Époque. (1904-1914). Universidade Federal do Ceará. 2008. N 12-13, p.19

BURKE, Edmund, Discurso ao Parlamento, 1º de dezembro de 1783.

BURKE, Edmund, Discurso sobre o *Impeachment* de Warren Hastings, 15-19 de fevereiro de 1788.

BURKE, Edmund. Ver. “Edmund Burke on the Perils of Empire” em Uday Singh Mehta. *Liberalism and Empire*. Chicago: University of Chicago Press, 1999, pp. 153-89.

Ibid., p. 186

BURKE, Morley. p. 197

BRUIT, H. H. *O imperialismo*. 12. ed. rev. atual. São Paulo: Atual, 1994 (Discutindo a história).

CAMPOS, Bruno de. A Geopolítica da Segunda Guerra Mundial: processo histórico de constituição do imperialismo nazi-fascista alemão e sua derrocada. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (Curso de Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2013.

CARVALHO, Paula Carolina de Andrade. *O Imperialismo Da História: Reflexões Sobre os Limites do Discurso Historiográfico na História Indiana*. Hydra: Revista Dicente Eletrônica da Pós Graduação. Universidade Federal de São Paulo, v.1, n.1, março, 2016.

CASSELLS, Nancy Gardner. *Social Legislation of the East India Company*. Nova Delhi: Sage Publications India, 2010, p. 346.

COSTA, Sérgio, “Desprovincializando a Sociologia: a contribuição pós-colonial”, Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 21, no 60 (fevereiro de 2006), p. 130.

CHESNEAUX, Jean. *A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Pioneira, 1976.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Habitations of modernity: essays in the wake of Subaltern Studies*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 2002.

\_\_\_\_\_. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. New Jersey: Princeton University Press, 2000.



\_\_\_\_\_, “*Subaltern Studies and Postcolonial Historiography*”, *Nepantla: Views from South*, vol. 1, n. 1, Duke University Press, 2000, pp. 9-32.

DUMEZIL, G. *Mythe et épopée*. Paris: PUF, 1968.

DIRKS, Nicholas. *Castes of Mind: Colonialism and the Making of Modern India*, Princeton: Princeton University Press, 2001, p. 13. Todas as traduções são do autor do presente artigo.

DIRKS, Nicholas. *Castes of Mind*, p. 15

DIRKS, Nicholas, *Castes of Mind*, p. 60.

DATTA, Rajat. *Society, Economy and the Market: Commercialisation in Rural Bengal c. 1860-1800*. Nova Délhi: Manohar, 2000, p. 264.

DAS, Gurcharan. *India Unbound*. Nova Délhi: Penguin India, 2002.

DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 294.

EDDINGTON, Rod. “*Only the world's favourite empires last*”, *Financial Times*, 14 de junho de 2003.

FOUCARDE, Marie. *Os britânicos na Índia (1858-1947) ou o reinado do “cynicamente correto”*. IN: FERRO, Marc (Org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FLOOD, Gavin Dennis. *An Introduction to Hinduism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. pp. 238-239.

FRAWLEY, D. *Aryan invasion of India: the myth and the truth*. Delhi: Motilal Banarsidass, 1993.

GARMES, Helder. *Entre o texto e o Contexto: A Ambiguidade do Romance Os Bhramanes*. 2013, p.354.

GILLAN, Patrick e DAVIES, Mervyn, Prefácio do Patrocinador em Antony Farrington. *Tradicional Places*. Londres: Biblioteca Britânica, 2002.

GOKHALE, Balkrishna Govind. *Ancient India: History and Culture*. Bombaim: Popular Prakashan, 1995, pp. 47-48.

Ibidem.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere a cura di Valentino Gerratana*. Turim: Einaudi, 1975 (v.3).

GUHA, Ramachandra, *India after Gandhi: The History of the World's Largest Democracy*, Londres, Macmillan, 2007.

GUHA, Ranajit, *Elementary aspects of peasant insurgency in Colonial India*. Delhi: Duke University Press, 1999.

GUHA, Ranajit & SPIVAK, Gayatri(eds.). *Selected Subaltern Studies reader (1982-1995)* Minneapolis, MN: University of Minnesota, 1997.

GUHA, Ranajit, “*On some aspects of the historiography of Colonial India*”, p. 35.

HABIB, Irfan. *Resistance and Modernisation under Haidar Ali & Tipu Sultan*. Nova Délhi: Tulika, 1999, p. xl.

HARDING, Sandra. *Is science multi-cultural Postcolonialisms, feminisms and epistemologies*. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press, 1998, p. VI; Edgardo Lander (coord.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales (Buenos Aires: Clacso, 2000)*, p. 9.

HOBBSAWN, Eric J. “*Rebeldes Primitivos*” Rio de Janeiro: Zahar, 1978; Hobsbawm, Os Trabalha-dores: Estudos sobre a História do Operariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOBBSAWN, Eric J. *A Era dos Impérios 1875-1914*. 12 ed. tradução Sieni M. Campos e Yolanda S. de Toledo; revisão técnica Maria Célia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HOBBSAWN, Eric J. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWN, Eric J. *A era do capital 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

HOBSON, J. A. *Estudio Del Imperialismo*. Madrid: Alianza, 1981.

KIPLING, Rudyard. *Kim*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.

KÖNEMANN (ed.), Ludwig. *Historical Atlas of the World*. Bath, U.K.:Parragon Books, 2010.

LENIN, Vladimir I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1987.

LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARIUTTI, Eduardo Barros. *Teóricos Clássicos do Imperialismo*. IE/UNICAMP, Campinas, n.216. fevereiro 2013.

MARSHALL, P. J. *The British in Asia: trade to dominion, 1700-1765*. IN: MARSHALL, P. J. *The Oxford History of the British Empire. The Eighteenth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

MARX, Karl, “*The British Rule in India*”. New York Tribute, 25 de junho de 1853.

MEHTA, Gita. “*Snakes and Ladders: A Study of Tradition and Modernity*”. 1997.

MESGRAVIS, L. *A colonização da África e da Ásia*. Coord. Marly Rogrigues, Maria Helena Simões Paes. São Paulo: Atual, 1994 ( História geral em documentos).

MIRANDA, Albert. *Retrato do Colonizado Precedido Pelo Retorno do Colonizador*. Rio de Janeiro, 2014, p.392.

MILL, James. *History of British India*, vol. III, livro IV, capítulo IX. 1997.

MILL, James. *History of British India*, vol. III, livro IV, capítulo IX, p. 359.

MOORE, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983

MÜLLER, Max. Friedrich Müller, *Biographies of Words and the Home of the Aryas*, Londres: Longmans, Green, and Co., 1888, p. 120.

MÜLLER, Max. “On the Relation of Bengali”, p. 348.

MÜLLER, Max. “On the Relation of Bengali to the Arian and Aboriginal Languages of India”, Report of the British Association for the Advancement of Science, 319-350 (1847), p. 349.

Cf. Trautmann, Aryans, p. 196.

MÜLLER, Max. *Lectures on the origin and growth of religion as illustrated by the religions of India*. London: Longmans, Green, 1878.

NEHRU, Jawaharlal. *The Discovery of India*. Londres: Meridian Books, 1946, p. 248.

NEHRU, Jawaharlal. *The Discovery of India*. Londres: Meridian Books, 1946, p. 226.

NOBREGA, Jerônimo Oliveira Carlos. *Resistência e Repressão: Um Olhar Pós-Colonial Sobre A Política Imperialista Britânica Durante A Revolta dos Cipaios*. Universidade Estadual da Paraíba, 2018.

OBENG, Pashington (2007). *Shaping membership, defination*. New York, Lexington Books.

\_\_\_\_\_ (2008). “*Religion and empire. Belief and identity among African Indians of Karnataka, South India*” , em HAWLEY, John C. (ed.). *India in Africa, Africa in India. Indian Ocean cosmopolitanisms*. Bloomington: Indiana University Press.

PANIKKAR, K.N. *Against Lord and State: Religion and Peasant Uprisings in Malabar, 1836-1921*. Nova Délhi: Oxford University Press, 1992.

POUCHEPADASS, Jacques. *Índia: o primeiro século colonial*. IN: FERRO, Marc (Org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p.348.

RIVIERE, Jean. *A Psicologia dos povos históricos*. Orientes: visões dos muitos orientes possíveis. Disponível em: <<http://orientika.blogspot.com/>>. Acesso em: 09 de junho de 2023.

ROBINS, Nick. *The Corporation That Changet the World: How the East India Company Shaped the Modern Multinational*. Pluto Press, Londres, 2006.

SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011

SAID, Edward W. *Orientalismo, o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SEN, Sudipta. *Empire of Free Trade: The East India Company and the Making of the Colonial Marketplace*. Filadélfia: University of Pensylvania Press, 1988, p. 13.

SCHUMPETER, Joseph. *A capitalism, socialism & democracy*. London & New York: Routledge, 1994.

\_\_\_\_\_. *Imperialismo e classes sociais*. Trad. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SMITH, Adam. *Inquiry into the Wealth of Nations*, IV, capítulo V, p. 563.

Ibid., p. 564.

SPEAR, Percival. *A History of India*, vol. 2. Harmondsworth: Peguin, 1993, p. 95

UNZER, Emiliano, “*História da Índia*” Colúmbia, Carolina do Sul, EUA: Amazon Independent Publishing, 2018.

UPADHYA, Carol, “*The Hindu Nationalist Sociology of G.S. Ghurye*”, *Sociological Bulletin*, v. 51, n. 1 (2002), p. 33.

UPADHYA, Carol, “*The Hindu Nationalist Sociology*”, p. 34-35

ZIMMER, Heinrich, “*Filosofias da Índia*” Editora: PALAS ATHENA Ano de Edição: 2015

**Glaudionor** Gomes Barbosa, «Imperialismo, Capitalismo e burguesía Revisitando as contribuições teóricas de Joseph Schumpeter e Hannah Arendt», *Colombia Internacional* [En línea], 70 | 2009, Publicado el 01 julio 2009, consultado el 18 junio 2023. URL: <http://journals.openedition.org/colombiaint/17450>

<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/india-dominio-ingles-na-india-mostra-dois-aspectos-do-colonialismo.htm?>

<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2015/01/07/historia-da-india/>

País mais populo do mundo: <https://jornal.unesp.br/2023/05/08/india-se-torna-nacao-mais-populosa-do-planeta-ao-mesmo-tempo-que-experimenta-boa-fase.>

<https://ayurveda.com.br/tag/cultura-indiana/>

<https://www.historiadomundo.com.br/indiana/civilizacao-indiana.htm>

